

ACTA Nº 15
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2003

Aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e três, nesta vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas 20:45 horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 14 da Sessão de 26 de Setembro de 2003.

PONTO UM PONTO DOIS: Leitura de expediente.

PONTO UM PONTO TRÊS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

PONTO DOIS: Período para intervenção do público:

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise do pedido de suspensão do mandato do Membro Diogo Manuel Canhão Sapatinha.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Documentos Previsionais:

a) Orçamento para o ano de 2004

b) Opções do Plano para o ano de 2004

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Empréstimo a curto prazo.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Empréstimo a médio e longo prazo.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Primeira Revisão Orçamental.

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de 2004.

PONTO TRÊS PONTO SETE: Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação de taxas a aplicar no ano de 2004.

PONTO TRÊS PONTO OITO: Projecto de Adaptação dos Estatutos da AMDE nos termos da Lei nº 11/2003 de 13 de Maio.

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Norma de Controlo Interno.

PONTO TRÊS PONTO DEZ: Congresso da ANMP - Documentos de Trabalho.

PONTO TRÊS PONTO ONZE: Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Presidente da Assembleia Municipal: Boa noite. Está aberta a sessão. Vamos proceder à chamada.

O Presidente da Assembleia Municipal: mandou realizar a chamada verificando-se a presença dos seguintes membros: Joaquim Maria Godinho Veiga, Carlos Manuel de Almeida Cabral, Mário Joaquim Trindade de Deus, Maria Filipa Almeida, António José Moura Proença, Rui Manuel Bacalhau, António Andrade, Ivone da Conceição Espiguiinha, Augusto Manuel Guégués, António Moura Lopes, Francisco Ramalho Mendes, Norberto João Figueiras Alpalhão, Luís Manuel do Nascimento, Jerónimo João Pereira Cavaco, Joaquim Manuel Grego Esteves, António José Lopes Anselmo, António José Barroso Paixão, José António Carapeto Dias. Verificou-se a ausência do membro Joaquim Manguinhas

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos dar início à ordem de trabalhos.

PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 14 da Sessão de 26 de Setembro de 2003.

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém quer usar da palavra? Não? Então vamos passar à votação. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada por onze votos a favor e três votos contra. Vamos passar ao ponto um ponto dois.

PONTO UM PONTO DOIS: Leitura de expediente.

O Segundo Secretário (António Proença) : Boa noite a todos. É entendimento da Mesa que não há aqui nenhum documento relevante, no entanto as pastas encontram-se aqui para consulta de todos os membros. Anexo 1 correspondência recebida e Anexo 2 correspondência expedida.

PONTO UM PONTO TRÊS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém quer falar sobre este ponto? Não havendo inscrições, vamos passar ao ponto seguinte.

PONTO DOIS: Período para intervenção do público:

O Presidente da Assembleia Municipal: Se alguém do público se quer inscrever, faz favor. Agradecia que começasse por se identificar de maneira a que fique registado na intervenção..

O Senhor Crispim Trindade Consolado: Decidi-me a vir junto desta Assembleia Municipal para expor uma situação gritante e iníqua que me foi criada junto da minha residência pela Adega Cooperativa de Borba. Tentei, por várias vezes, o diálogo com o senhor presidente da Adega; só uma única vez me recebeu e disse-me o seguinte: "Eu sou o primeiro contra a Adega no sítio em que está implantada," ao que eu respondi que tínhamos um ponto em comum. Depois disse-me: "Isto nada mais são que erros de direcções anteriores que por aqui passaram e que não se cansavam de fazer ampliações" ao que eu retorqui e disse: "É o que o senhor está a fazer agora. Mas não é isso que aqui me traz; o que aqui me traz é precisamente o facto dos senhores terem substituído cinco (5) depósitos que estavam junto ao muro de separação do meu quintal, e que realmente não nos afectavam em nada, por cinco depósitos a que eu chamei humoristicamente de "dinossauros" com a capacidade de cem mil litros (100.000L) cada um e com um varandim no topo, o que equivale a dizer que a nossa privacidade está destruída. Não existe". Quanto às causas que provocam prejuízo, são muitas: o reflexo solar no inox, se tivermos um Verão tão quente como o passado, eu pergunto o que poderá ser de nós? As ondas de calor que ali se reflectem, a retina humana não suporta aquilo. Enfim, há relativamente pouco tempo, logo depois de serem implantados esses "dinossauros", sem a mínima explicação, tivemos uma erupção de vinho tinto que inundou os nossos terrenos: as árvores, os animais, as roupas. Eu tenho fotografias que se o senhor Presidente da Assembleia me permite mostrar aos senhores membros desta Assembleia Municipal, tornam a exposição mais elucidativa. Depois, de ter contestado a presença dos depósitos e porque é gritante o que lá está, a nossa integridade física corre perigo, como é óbvio, e nessa altura eu tive que me decidir a apresentar e a reclamar o assunto junto da Câmara. Fui surpreendido pelo parecer da excelentíssima senhora jurista desta Câmara, cujo teor diz mais ou menos assim: "as obras efectuadas pela Adega que constavam da exposição não eram de licenciamento da Câmara". Ora a base dos depósitos, com uma espessura seguramente de cinquenta centímetros (50cm) em ferro e cimento; demolições de uma casa de um motor que estava encostado ao dito muro a que me referi anteriormente, assim como canalizações que eu, na boa fé, pensava que nada mais era que uma canalização de água potável. Ficámos surpreendidos; não era, meu senhores. Era uma canalização de gás propano. Isso tudo foi mandado arrancar pelo senhor Sérgio, fiscal desta Câmara e na companhia de um colega. Agora aqui estou eu em presença de uma situação bastante dramática, como devem calcular, porque não estou a exagerar, lamentando profundamente que a senhora jurista não se tenha deslocado in loco para se aperceber da gravidade da situação criada pela Adega. Não só a mim, ao meu agregado familiar; ao meu vizinho e amigo Anífero que é o condutor dos autocarros desta Autarquia; assim como ao senhor José Ferreira, que ficámos todos inundados de vinho tinto. Este foi o primeiro acidente; possivelmente outros virão mais tarde, bem mais graves. Em presença desta situação, eu peço a ajuda dos senhores membros desta Assembleia Municipal, porquanto nós não possuímos recursos económicos que nos permitam ir para Tribunais como a senhora jurista muito bem nos sugere no seu parecer, afirmando que nos devíamos dirigir, em caso de litígio, ao senhor Delegado do Ministério Público da Comarca de Vila Viçosa. Isso está posto de parte porque nós não temos possibilidades. Nestas circunstância, só nos resta, como já disse, pedir que nos ajudem, se for possível, porque esta situação, no entendimento das pessoas sensatas, a nível nacional não tem paralelo. É uma réplica, é uma réplica da estação termonuclear de Torjillo, falta-nos

somente instalarem lá o reactor atómico. Assim, estou convicto que senhores, membros desta Assembleia, irão fazer todos os possíveis - assim penso - para que esta situação não se arraste porque, de contrário, podem-se dar situações muito graves. A nossa integridade física, como é óbvio, corre quotidianamente muito riscos. Tenho dito.

O Presidente da Assembleia Municipal : Obrigado. Senhor engenheiro Cabral, faz favor.

O Membro Carlos Cabral: Muito obrigado, senhor Presidente. Boa noite a todos. Eu, de facto, tomei conhecimento desta situação hoje à tarde e já fui pela estrada ver, mas as fotografias são muito elucidativas e eu até gostaria que os membros da Assembleia pudessem, pelo menos, ver estas quatro (4), na medida em que os depósitos são construídos, efectivamente, em cima dos muros das casas. Não sei até que ponto não haverá legislação que proíba ou exija alguma distância de construções deste género dos logradouros das casas; no entanto, parece-me que esta é uma situação em que temos que tomar, no fundo, alguma posição, embora também tenha tido conhecimento do parecer jurídico, pedido pela Câmara. Devo confessar que me faz muita impressão que se possam construir estruturas deste tamanho dentro do terreno da Adega sem uma autorização da Câmara Municipal. Sobre a situação que está criada, só não estou de acordo com as palavras do senhor Crispim que falou do público, na medida em que me parece que isto é uma situação que deve ir imediatamente a Tribunal e que a queixa para o Delegado do Procurador da República da Comarca não envolve, à partida, grandes despesas. A primeira queixa ao Delegado do Procurador da República envolverá, depois o Delegado do Procurador da República tem que se pronunciar sobre esta questão. Sobre a posição a tomar pela Assembleia Municipal, efectivamente, o que está aqui em causa são, neste momento, dois (2) direitos: um direito da Adega Cooperativa de pôr as suas cubas em inox, não sei se tinha outro local, se não; e o direito dos cidadão que vivem, a partir de agora, encostados a uns depósitos da altura muito superior às suas casas com os reflexos que isso tem na sua qualidade de vida, não só na sua privacidade, mas na sua qualidade de vida e ainda estamos no Inverno. Face a isto, penso que não vou apresentar nenhuma moção, mas faria uma recomendação para que, quer o senhor Presidente da Assembleia Municipal, quer o senhor Presidente da Câmara contactassem a Adega Cooperativa de modo, a primeiro, perceber da legalidade da situação; segundo, fazer sentir que estes depósitos construídos a dez (10) ou quinze metros (15m) das casas das pessoas não teriam este efeito. A Adega Cooperativa é muito importante para o concelho de Borba, mas não pode ser tão importante, que tenha o direito de pisar a qualidade de vida dos cidadãos. E, por agora, ficava por aqui.

O Presidente da Assembleia Municipal: Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

O Presidente da Câmara Municipal : Muito obrigado. Boa noite a todos. Bom, este assunto é um assunto que eu tive a oportunidade de acompanhar, numa primeira fase, em contacto com o senhor Crispim que me trouxe a prova do crime - passo o termo - com a roupa toda cheia de vinho tinto e, com base na exposição que o senhor Crispim fez e com base numa fiscalização que foi feita pelos serviços de fiscalização ao local, foi entregue o processo à jurista da Câmara de Borba. E, então, a jurista, de facto, encaminha o processo para o Ministério Público. Esta segunda exposição que o senhor Crispim envia, eu reforcei os meus préstimos junto da jurista que volta a dizer o seguinte e eu passo a ler, já agora, penso que, talvez se esclareça mais alguma coisa. "Informação: após recepção da carta de cinco de Dezembro de dois mil e três (05/DEZ/2003), endereçada pelo requerente, cumpre informar que o enquadramento jurídico presente na informação da doutora Luísa Quitério se mantém" - portanto, isto é a informação da técnica, não é? - "A informação da jurista da Câmara refere que os Municípios não têm competência para licenciar ou aprovar o equipamento a que a queixa se refere, fundamentando o seu parecer no artigo um (art.º1) do decreto-lei quinhentos e cinquenta e cinco, noventa e nove (D.L.555/99), de dezasseis do doze (16/12), alterado pelo decreto-lei cento e setenta e sete, dois mil e um (D.L.177/2001) de quatro do seis (04/06) que refere que o diploma estabelece o regime jurídico de Urbanização e Edificação. Neste contexto, os conceitos de Edificação ou Urbanização não incluem acções de implantação do tipo de depósitos que a Adega Cooperativa de Borba colocou na sua propriedade, pois os mesmos não se encontram no solo com carácter de permanência nem foram realizadas através de obras de construção civil. Ver conceito de Edificação ou obras de construção expressas nas alienas A, e B, do número dois (2) do referido diploma jurídico. Não se conhece legislação ou regulamentação aplicável a este caso, podendo

até arriscar-se a referir uma espécie de vazio legal que impeça a Adega Cooperativa de Borba de manter a sua perspectiva sobre o caso. No entanto, constata-se que a situação relatada pela queixa do senhor Crispim Consolado, que é subscrita por residentes da zona afectada, é efectivamente grave, pois lesa os habitantes no seu direito à qualidade de vida, nos seus aspectos ambientais, vivências, estéticos e urbanos. Neste contexto, talvez se possa considerar um abuso de competências se o Município intervier junto da Adega Cooperativa de Borba no sentido de providenciar o entendimento entre as duas partes, por forma a que se proceda ao afastamento dos depósitos de cerca de cinco metros (5m) do muro limítrofe da propriedade. Deverá ser solicitado, desde já, à Adega que reforce o muro de divisão de propriedade que construiu naquele local e que providencie à plantação de uma sebe viva, espessa e de crescimento rápido apoiada numa estrutura leve de madeira ou metal com a altura dos referidos depósitos". Esta informação chegou-me hoje. É uma informação da técnica com base no parecer jurídico. Portanto, é uma sugestão que a técnica dá. Eu já fiz seguir hoje um ofício para a Adega Cooperativa de Borba com o objectivo de tratar este e outros aspectos; com o objectivo de, pelo menos, procurar ser mediador, ver o que é que se passa e tentar ver se, em conjunto, se conseguimos encontrar a melhor solução para que toda a gente fique bem. Estou crente, estou crente, pelo menos nesta fase, que dessa reunião saíra provavelmente alguma luz nem que seja ao fundo do túnel, espero eu. De qualquer maneira, isto não impede que eu - até porque a jurista esteve de férias nesta semana, suponho eu que chegou hoje - que eu na próxima semana não a contacte no sentido de tentar que me sejam provados alguns destes aspectos que são aqui referidos porque eu pessoalmente tenho aqui algumas dúvidas, mas, pronto. Claro que eu não sou jurista nem sou engenheiro, nem sou arquitecto, preciso de ser esclarecido acerca deste assunto e é isso que estou a tentar fazer. De qualquer maneira, aliás é pública a minha posição já disse à SIC, que esteve cá, que se eu tivesse aqueles monstros ao pé da minha casa também não gostava naturalmente, não é? Tudo farei no sentido de encontrar a melhor solução, quer para a Adega quer para os munícipes que se sentem mal e com razão. E para já, é só.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer falar ?

O Membro Carlos Cabral : É só para ver se há hipótese de pedir outro parecer jurídico, porque como toda a gente sabe os juristas, e o técnico, porque os juristas, eu não sou jurista, não sou engenheiro civil, mas se acordasse de um dia para o outro, com um depósito daqueles encostado às minhas janelas, não acreditava bem nesta questão deste parecer jurídico. E ia encontrar um outro que me desse razão, porque evidentemente que eu não quero aqui repetir a carta do senhor Crispim, mas, os depósitos não vivem lá suspensos do ar, com certeza absoluta, ainda mais daquele tamanho, e por isso, faz-me um bocado de impressão, quer dizer, acho que a questão deve ser tratada com a máxima urgência pela Câmara e aclarada porque tenho muita pena, mas isto não se pode agora construir assim contra a qualidade de vida do cidadão.

O Presidente da Assembleia Municipal: Eu pedia um esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara: o que acabou de ler é o parecer jurídico?

O Presidente da Câmara Municipal: Não. Isto é um parecer técnico, porque o parecer jurídico é exactamente o mesmo. Diz que não há nada a acrescentar ao anterior.

O Presidente da Assembleia Municipal: Quer ler o parecer jurídico?

O Presidente da Câmara Municipal: "Informação: As Câmaras Municipais só têm competências em matérias expressamente definidas no artigo primeiro (art.º1º) do decreto-lei quinhentos e cinquenta e cinco, noventa e nove (D.L.555/99), de dezasseis (16) de Dezembro; alterado pelo decreto-lei cento e setenta e sete; zero, um (D.L.177/01) de seis (06) de Junho. Ora, tratando-se de obra que não está incorporada no solo com carácter de permanência, alínea A, do artigo dois (art.º2) do diploma citado, a Câmara Municipal de Borba não tem competência para actuar. Assim, os lesados com a actuação da Adega terão de recorrer aos Tribunais para fazerem valer os seus direitos". Depois, com base na segunda carta enviada, diz assim: "Mantenho na íntegra o meu parecer de vinte e oito (28) de Outubro último. Com efeito, as operações descritas na presente exposição não estão sujeitas a licenciamento municipal no que concerne ao acidente relatado. Indiciando-se como dano a competência

para instaurar o necessário procedimento, compete ao Delegado do Procurador da República da Comarca de Vila Viçosa, a quem os interessados deverão apresentar a queixa. As Câmaras Municipais só têm competências em matéria que a Lei lhes comete, competindo aos Tribunais dirimir conflitos de direitos entre particulares e julgar processos-crime".

O Presidente da Assembleia Municipal: Pronto, o assunto está encerrado. Vamos passar ao ponto seguinte.

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:

Foi aprovada por unanimidade uma proposta da Mesa para que fosse acrescentado um ponto à ordem do dia para análise da questão: Congresso da ANMP - documentos de trabalho. Este assunto passou a constituir o Ponto 3.10, passando a Apreciação sobre as Actividades da Câmara para o Ponto 3.11.

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise do pedido de suspensão do mandato do Membro Diogo Manuel Canhão Sapatinha.

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém quer falar sobre o assunto? Não? Vamos votar a autorização ou o consentimento da Assembleia para esta prorrogação de suspensão de mandato. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, está aprovado por unanimidade.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Documentos Previsionais:

- a) Orçamento para o ano de 2004
- b) Opções do Plano para o ano de 2004

O Presidente da Assembleia Municipal: Passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Não sei se quer apresentar os pontos em conjunto, se os quer apresentar em separado.

O Presidente da Câmara Municipal : Muito obrigado. Preferia apresentar em conjunto, embora me pareça que depois as votações têm que ser separadas. Relativamente a estes documentos, são documentos que me parecem importantes, de extrema importância para a vida do Município e queria-vos dizer que este ano, aliás, como provavelmente já tiveram oportunidade de ver, o documento é dividido. Começa com uma introdução, uma introdução política naturalmente, dividida em duas (2) partes. Portanto, uma em que se procura fazer um balanço provisório sobre aquilo que foi feito em dois mil e três (2003) e depois objectivos e principais acções a desenvolver em dois mil e quatro. Quero-vos dizer que, em termos de grandes opções do plano, no fundo, as nossas opções passam obviamente e sobretudo pelas candidaturas que estão aprovadas. Portanto, são candidaturas que estão aprovadas e que nós temos que terminar. Estou-me a lembrar, por exemplo, em termos de loteamentos, do loteamento da Nave, da Senhora da Vitória e do Forno, que já foi aprovado no nosso mandato. Depois, em termos de instrumentos de planeamento, dizer-vos que o PDM, e o Estudo Global da UNOR e o Plano de Pormenor da zona industrial do Alto dos Bacelos também continuam a ser a nossa preocupação e estão em estado avançado, sobretudo o segundo. O primeiro teve a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento, depois poderemos falar nas actividades da Câmara. Também a preocupação com um outro projecto que foi aprovado agora, que é o URBCOM envolvendo as muralhas e também, aqui uma grande preocupação, mas de difícil resolução e que tem que ver com o saneamento básico da vila. O concelho está com o saneamento básico com problemas complicados e não seriam tão complicados se nós tivéssemos à nossa disposição milhões de contos como existiram em quadros comunitários anteriores, mas como toda a gente sabe - desculpem a expressão - estamos em tempo de vacas magras e, portanto, a preocupação é redobrada porque, por um lado, a rede está envelhecida; por outro lado, dificilmente haverá dinheiro para a renovar. Depois, o mesmo já não se pode dizer em relação ao sistema em alta, em sistema em relação às águas, quer em relação aos esgotos que, em nossa opinião e continuamos, até prova em contrário, a defender isto, em boa hora foi entregue ao Sistema Multi-municipal de Águas que, suponho que na última unidade de gestão, já viu aprovados toda uma série de projectos de grande envergadura para os concelhos que

aderiram a esse sistema, incluindo o concelho de Borba. Depois também os outros projectos que queremos terminar; o projecto das águas da Nora, o projecto da Rua de São Francisco, portanto, são projectos que estão aprovados; a questão do Palacete dos Melos que queremos avançar e concluir, pelo menos a cobertura, e depois o Jardim Municipal e avançar com o Parque de Feiras e Exposições e com alguns planos de pormenor correspondentes ao alargamento do Parque Desportivo. Também o Parque Industrial do Alto dos Bacelos; o Mercado Municipal, enfim. Naturalmente que estas nossas, estas nossas opções são opções que se prendem com receitas, e quando se fala em receitas, quero-vos dizer que, contrariamente àquilo que nós esperávamos, já este ano houve redução nas receitas, por exemplo, a questão da SISA baixou bastante relativamente àquilo que nós estimávamos. Em termos de receitas de venda de terrenos, a mesma coisa. Claro que isto tem que ver, em nossa opinião, com o problema económico que o país atravessa porque o problema económico, no fundo, não é um problema só do país, é um problema se calhar mundial e não há dúvida que, em termos de receitas, as coisas são cada vez mais complicadas. Também dizer-vos que mesmo nas obras candidatas, só para fazerem uma pequena ideia de como se pode asfixiar financeiramente uma autarquia, quero-vos dizer que, e eu estou a dizer isto e estou-me a lembrar de outros anos onde já ouvi esta conversa, mas não há dúvida que é inacreditável que não haja, no presente ano, uma unidade de gestão desde Março, desde Março. O que quer dizer que há algumas actividades que nós realizámos que não vimos um centavo até agora; estou-me a lembrar de algumas de grande envergadura, nomeadamente a Festa da Vinha, a Feira do Queijo, a Feira das Ervas. Portanto, são alguns projectos que nós fizemos e que até agora, nem sequer unidades de gestão existiram. Estou-me a lembrar, por exemplo do saneamento básico da Parreira que está completamente concluído e está em apreciação há dois (2) anos. Tem tudo feito, está a obra concluída, todas as licenças, até a ETAR, já há licença para tudo, as unidades de gestão continuam a não se fazer e o projecto continua em apreciação. Ou seja, isto para vos dizer que, por vezes, há projectos, há dinheiro que se está a gastar e que não há a devida recompensa, entre aspas, dos organismos responsáveis por tal. Portanto, quando se faz um orçamento, por vezes, acontece que um orçamento é um orçamento; é um programa previsional e que está sempre sujeito a alterações e, às vezes, o que acontece é que essas alterações podem ser mais ou menos significativas, de acordo com os apoios que acabamos por ter. No entanto, penso que esse foi o possível, é o possível; estou convicto de que provavelmente poderia haver outras opções, poderia haver outros orçamentos, naturalmente de acordo com as diferentes políticas. Este ano tivemos uma certa preocupação em tentar adaptar o orçamento e os PPI, dar-lhe uma nova roupagem, tentá-lo adaptar mais ao POCAL e, portanto, foi aquilo que conseguimos fazer, mas conscientes das nossas limitações, dos problemas que realmente temos pela frente e que não são poucos e que estou convencido que, a continuar assim, as autarquias vão sofrer bastante em termos de asfixias financeiras e não estou a ver com bons olhos como é que se podem vir a ultrapassar. E para já, ficava por aqui.

O Presidente da Assembleia Municipal : Doutor Nascimento, faz favor.

O Membro Luís Nascimento : Boa noite, caros colegas de Mesa e público. Senhor Presidente, em primeiro lugar, queria colocar a questão em relação ao cumprimento do estatuto da Oposição. A forma como foi tratado este ano, à semelhança do ano anterior, de forma alguma cumpre aquilo que está estabelecido para o estatuto da Oposição no sentido de serem os partidos que estão nos órgãos que tenham cargos executivos a manifestar a sua opinião sobre a matéria que, que lhes é colocada. O Partido Ecologista - Os Verdes foi chamado, esteve presente e logo na altura manifestou esse descontentamento. Não é à volta de uma mesa onde são lançados uma cascata de números que é possível fazer qualquer tipo de proposta de alteração de um orçamento com a dimensão que o orçamento e as grandes opções do plano têm. Na nossa óptica, as propostas de alteração de um orçamento em relação à despesa deve ter também a sua componente de alteração na receita e, de facto, só analisando de uma forma mais exaustiva e mais cuidada este documento é que seria possível, pelo menos o Partido os Verdes, poder participar de uma forma mais activa nesta matéria. Posto isto, e da análise que foi feita posteriormente aos documentos, é nossa posição que este orçamento é um orçamento irreal, é um orçamento irreal. Irreal porque, à partida, sai logo empolado. É um orçamento que pretende actualizar as receitas e respectiva despesa naturalmente, em cerca de quinze por cento (15%), quinze por cento do que foi o orçamento do ano anterior, mas se, se formos cruzar estes dados com a execução do mês de Novembro, procurando já extrapolá-la para o mês de Dezembro, com as médias, vemos que, de facto, esta proposta de orçamento está empolada em quase o

dobro do que foi a execução real do Município de Borba do ano dois mil e três (2003). Este empolamento fica bem mais claro, fica bem mais claro quando vemos, por exemplo, as outras receitas correntes, as outras receitas correntes com o empolamento, em relação ao orçamento do ano anterior, de trezentos e oitenta por cento (380%) e, em relação ao executado em dois mil e três, de cerca de quase cento e cinquenta por cento (150%). Portanto, este empolamento é numa rubrica "outras receitas correntes", ainda por cima nas diversas, nas diversas que passa de uma execução, avaliando até ao mês de Dezembro, duzentos e dez mil euros para novecentos e quarenta e oito mil euros. Eu gostava de ter, de facto, lá em casa uma cartola de onde tirasse um coelho destes de vez em quando, era óptimo para a gestão da minha casa. Mas isto torna-se ainda mais claro em relação às receitas de capital. Nas receitas de capital, as outras receitas de capital têm, em relação ao orçamento de dois mil e três, o empolamento de trezentos e vinte e oito por cento (328%) e têm, em relação à execução de dois mil e três, o empolamento de - eu não me vou enganar nos números - dois mil trezentos e três por cento (2.303%), porque passa de uma execução de cento e trinta mil euros, cento e quarenta e um (141), se se avaliar até final de Dezembro, para dois milhões, novecentos e noventa e sete mil, quinhentos e quatro euros. De facto, esta cartola ainda é maior que a cartola das correntes, das receitas correntes e, de facto, assim também gostaria de ter, de ter lá em casa para poder trabalhar à vontade. No que é que isto resulta? Resulta no PPI de promessas, promessas essas que são o corolário das promessas iniciadas numa campanha eleitoral, promessas fáceis de fazer, de discurso fácil, mas de execução quase que impossível ou praticamente impossível e, aliás, nós vemos e os borbenses vêem o nível de execução que os senhores têm em dois (2) anos de mandato, que acabam o ano dois mil e três com pouco mais de cinquenta por cento (50%) de execução com aquilo que tinham, tinham prometido para, para dois mil e três. Para já, é isto.

O Presidente da Assembleia Municipal: Doutora Filipa, faz favor.

O Membro Filipa Almeida: Senhor Presidente, eu, ao contrário do meu camarada de bancada Luís Nascimento, eu não gostaria de ter uma cartola de onde tirar um coelho destes porque isto é muito perigoso. Porque é ter números, mas depois para as despesas do dia-a-dia o dinheiro não aparecia e assim não se consegue gerir nem a nossa casa, nem a Câmara. Eu não vou adiantar muita coisa, naturalmente, opções políticas são opções políticas; as opções políticas da maioria do Partido Socialista não serão certamente iguais às da maioria do anterior Executivo e não serão certamente aquelas que seriam se a Câmara fosse de maioria de outra força política qualquer. Mas uma coisa são opções, outra coisa são os sonhos irrealistas. E eu estava a ouvir o senhor Presidente da Câmara e escrevi aqui, tomei aqui uma nota que só dizia isto "Onde é que eu já ouvi isto?". É que as dificuldades que o senhor Presidente sente agora e que os eleitos actuais sentem agora já foram sentidas por todos os outros e provavelmente de uma forma ainda mais gritante nos últimos anos do anterior mandato. Mas foram sentidas pela Câmara, embora chegássemos aqui à Assembleia Municipal e a Oposição nos criticasse na mesma, votasse contra na mesma quando era de votar contra e, quando, quando entendia fazê-lo, e nos dissesse que era preciso era imaginação. E isto, imaginação parece que não falta nestes documentos, imaginação não falta, mas só com a imaginação o senhor Presidente terá muita dificuldade em cumprir estas propostas ou outras que venha a fazer no próximo ano. Queria também deixar uma nota, porque não posso deixar de o fazer, para uma coisa que o Luís já levantou. É que se o estatuto da Oposição não foi cumprido relativamente aos Verdes, o que dizer em relação ao PCP? É que os Verdes ainda receberam uma carta para vir a uma reunião, mas o PCP não recebeu nenhuma. Recebeu a CDU, o senhor Presidente está-se a rir, recebeu a CDU e isso não é cumprir o estatuto da Oposição. O estatuto da Oposição tenho-o aqui, o senhor também o conhece, diz claramente que "Os partidos políticos são ouvidos sobre as propostas de Plano de Actividades e Orçamento", os partidos políticos. O ano passado, o Partido Comunista Português recebeu um convite do senhor Presidente para participar numa reunião em que aconteceu aquilo que, pela informação do Luís Nascimento, aconteceu este ano também da mesma forma. Uma apresentação oral sem nenhum documento sobre o qual pudéssemos dar a nossa contribuição, mas este ano, em relação ao PCP, nem isso aconteceu. Pode ter sido um lapso, enviar para a CDU, a CDU não é um partido político, é uma coligação onde estão Os Verdes e o PCP. Mas, pondo esta questão de parte, também em relação à Câmara e uma coisa é cumprir aquilo que a Lei diz estritamente que são as quarenta e oito horas (48h), outra coisa é dar o tempo razoável - a própria Lei que define o estatuto da Oposição fala em tempo razoável, embora não defina qual é - dar o tempo razoável para que os eleitos possam conhecer e possam

estudar mais profundamente documentos desta natureza. E eu sei e isso é público, os vereadores tiveram conhecimento destas propostas numa reunião ordinária da Câmara Municipal, numa quarta-feira em que foi marcada uma reunião extraordinária para a sexta-feira, dois (2) dias depois. Isto não dá tempo sequer a quem não está na Câmara e que não acompanha a feitura destes documentos possa estudá-los, possa analisá-los e possa dar o seu contributo. Mas, em relação às próprias propostas, para além daquilo que o Luís já disse e que é extremamente grave, foi-nos apontado, foi-nos sempre criticado no mandato anterior que os planos e os orçamentos eram do domínio do sonho, eram irrealistas, não podiam ser empolados, tinham que vir mais para baixo, tinham que ser mais reais, tinham que ser mais passíveis e possíveis de cumprir. Tudo isto agora está virado ao contrário e de uma forma muito mais empolada do que estava. Para além disto, há outras coisas que a mim pessoalmente me tocam mais e que, que me preocupam profundamente. São propostas, aparecem propostas de alteração a projectos fundamentais para o desenvolvimento sociocultural do concelho. Tudo bem, a Câmara actual não tem que concordar com os projectos que estavam feitos ou que estavam em fase de elaboração, mas o que me preocupa é que passaram dois anos, o Palacete dos Melos continua pior do que estava, não continua como estava porque cada dia que passa ele vai-se degradando e tem-se vindo degradando ao longo destes anos todos e aparece aqui a remodelação do projecto do Palacete dos Melos. É um equipamento fundamental no nosso concelho, nas áreas sócio-culturais; eu sei o que estava previsto, gostaria de saber e pode não ser nesta Assembleia, mas gostaria de ter conhecimento de quais são as opções para um projecto daquela natureza diferentes das que estavam tomadas. O Mercado Municipal que estava em fase de obra bastante adiantada há dois anos atrás, a obra parou, há um outro projecto, aparece mais uma vez, não sei se será por este mandato, se ainda irá continuar nos próximos. O que me veio à memória há pouco foi que em mil novecentos e noventa (1990) o Mercado Municipal, depois de uma gestão do Partido Socialista, o Mercado Municipal estava numa fase de início de obra sem projecto; agora o Partido Socialista, coincidentemente e curiosamente, o Partido Socialista voltou à Câmara e o Mercado Municipal parou outra vez. Parece que é uma espécie de enguiço, mas aquele mercado, aquele mercado e o PS têm uma relação um bocado conflituosa. Mas em relação a outros equipamentos, por exemplo, equipamentos desportivos, os equipamentos desportivos estão prometidos para a freguesia de Rio de Moinhos, continuam só no plano das boas intenções, boas intenções, mas mais do que isso, não. Enfim, é um conjunto, não é preciso, não é preciso dar muitos exemplos para, na minha opinião e é a minha opinião e vou concluir que, do ponto de vista técnico, não tenho, não vou apontar nada, mas do ponto de vista político, para mim, isto não é um plano, é um conjunto de ideias sem hierarquização que dá para fazer o que se quiser, ou dá para não fazer nada, ou para fazer muito pouco, dá para tudo. Nós não faríamos assim, não é isto que defendemos e consideramos que não está minimamente de acordo com aquilo que o senhor Presidente tantas vezes aponta como necessário que é o desenvolvimento sustentado do concelho.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém se quer inscrever? António Paixão, faz favor.

O Membro António Paixão : Senhor Presidente da Assembleia e estimada Mesa, boa noite. Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, estimados companheiros eleitos desta Assembleia e estimado público, a todos muito boa noite. Estão quentinhas ainda na minha memória as palavras da doutora Filipa relativamente às boas intenções inscritas nas Grandes Opções do Plano deste ano do executivo da Câmara Municipal de Borba. Portanto, eu e numa breve locução sem qualquer teor técnico pelo desconhecimento que tenho de fazer essas coisas, só queria deixar aqui algumas reflexões sobre o seguinte: vejo aqui no ponto dois quatro (2.4), dois ponto quatro, ponto dois, ponto dois (2.4.2.2) a "Revitalização dos Espaços Públicos no Concelho", tenho pena que assim seja, sabendo eu que a freguesia de Rio de Moinhos tem, pelo menos, cinco (5) localidades, mas em onze (11) arranjos paisagísticos que o concelho vai merecer, apenas existe um (1) em Rio de Moinhos, na aldeia da Nora. Tenho pena que assim seja. Tenho pena também ao mesmo tempo que o saneamento e é isto que leva também ao desenvolvimento e às boas condições de vida das populações - que o saneamento básico na Talisca, na Ribeira e nos Mouchões esteja ainda empurrado provavelmente para outro mandato, na medida em que tem início em dois mil e cinco (2005), fim em dois mil e seis (2006). O abastecimento da água, concretamente, à localidade de Santiago de Rio de Moinhos, da qual eu tenho feito aqui várias vezes intervenções neste sentido porque sinto, com alguma insistência, as queixas dos moradores dos pontos mais altos de Santiago, concretamente a esta situação, não vejo qualquer chamada de atenção nestas Grandes Opções do Plano. Nos resíduos sólidos,

tenho o prazer de ver a aquisição de mais moloques. Tenho esperança que seja desta vez que cheguem os tão prometidos moloques à freguesia de Rio de Moinhos, mas para se lhe dar uso e não para estarem lá até talvez a terem uma má utilização na medida em que não são despejados e alguns deles ou um deles só a permitir que as pessoas lá façam despejos e depois tenha os inconvenientes que já esperamos. No ponto dois, ponto cinco, ponto zero (2.5.0): "Serviços Culturais e Recreativos e Religiosos", freguesia de Rio de Moinhos, consta zero (0). No "Desporto, Recreio e Lazer" e era aqui que estavam quentes as palavras da doutora Filipa, das boas intenções, vejo de facto que há o Polidesportivo do Barro Branco e o Polidesportivo de Santiago, que há pelo menos seis (6) anos, seis orçamentos, seis Grandes Opções do Plano que são contempladas verbas para estes projectos. Até hoje nada e espero bem que seja desta vez que as boas intenções vão para a frente. No ponto três, ponto três, ponto um, ponto dois (3.3.1.2): "Vias, Arruamentos e Parques de Estacionamento Municipais", gostaria de ver aqui incluído, embora veja que há arruamentos diversos na freguesia de Rio de Moinhos, senhor Presidente, gostava de lhe lembrar que não se esqueça mesmo porque também me tem avivado a memória, senhor Presidente, que não se esqueça mesmo do Largo da Ribeira em Rio de Moinhos que está também há alguns anos carenciada de algumas melhorias e é o único largo do concelho, felizmente que é o único largo do concelho que é o centro da localidade que ainda mantemos em lama neste momento e em pó no Verão. Por agora, o meu obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Doutor Nascimento, faz favor.

O Membro Luís Nascimento: Queria só colocar aqui mais duas ou três questões que se prendem já com o PPI em concreto. E nomeadamente quanto àquilo que tem sido apanágio da oratória deste Executivo que é o planeamento. Aparece aqui o Cine-teatro, uma empreitada a iniciar em dois mil e quatro (2004). Onde é que está o projecto da remodelação do Cine-teatro e do restauro? Onde é que está o projecto? Não aparece, não está. Do Parque de Feiras e Exposições, uma empreitada que, segundo o código três (3) está na fase de execução, diz que tem execução física até cinquenta por cento (50%). Onde é que está o Parque de Feiras e Exposições? Que diz que tem uma execução física até cinquenta por cento (50%), onde é que está o projecto? Já tem uma execução física, é uma empreitada. Na linha de baixo, de facto, aparece o projecto com o código zero (0) que é sem qualquer tipo de obras e qualquer tipo de planeamento. Em relação ao tão falado também, pelo menos na conversa que tivemos na apresentação destas Grandes Opções, o senhor Presidente fez questão de realçar o lançamento do FAME. Eu pergunto: com dez mil euros o que é que fazem para o desenvolvimento das microempresas, não é? O que é que são dez mil euros para este, para este fundo? O que é que isto vai ajudar? O que é que isto vai fazer? Que peso é que isto tem, de facto, na implantação de microempresas no concelho? Depois aparecem aqui assim outros, outras propostas: Casa da Juventude, Museu das Profissões, Museu do Vinho, aquisição da Casa do Governador, etc., etc., etc. Isto não passa, de facto, de promessas, promessas, promessas. E depois na realização vamos ver e, como o senhor Presidente disse e eu estou de acordo, que estamos no tempo de vacas magras, venha a culpa de onde vier, estamos, de facto, em vacas magras e o senhor Presidente disse que há dificuldades na realização das receitas; eu gostaria de saber, de facto, como é que o senhor Presidente vai buscar as verbas, nem que sejam os trinta por cento (30%), no caso das obras candidatas, para fazer face a todas estas promessas, promessas, promessas. Certamente àquelas duas (2) cartolas que eu ainda há bocado falei.

O Presidente da Câmara Municipal : Só aqui uns breves esclarecimentos. Bom, eu comecei por dizer que orçamentos são orçamentos e naturalmente poderão estar sujeitos a ajustamentos. Claro que se chegar à conclusão que a receita vai baixar drasticamente, para isso é que servem as revisões orçamentais, não é? Mas queria-vos dizer o seguinte: em primeiro lugar, em relação ao estatuto da Oposição, os representantes dos Verdes foram convocados e curiosamente, em relação ao PCP, a funcionária que fez o ofício foi exactamente a mesma e eu assinei, assinei como assinei, como assinei e, de facto, não verifiquei que estava endereçada à CDU; mas aí, de facto, reconheço que não deveria ter sido endereçada à CDU; devia, deveria ter sido endereçada ao PCP. Aliás, eu quando fui Presidente da Assembleia tive o prazer de conseguir, de perceber bem a diferença entre CDU e PCP e, portanto, por aí eu estou perfeitamente esclarecido, sei qual é a diferença e só um lapso é que me fez naturalmente convocar a CDU e não o PCP. Dizia, no entanto, que em reunião de Câmara foi muito anteriormente pedido, foram muito anteriormente pedidas sugestões à CDU, não é? Que não foram apresentadas. E agora, começar pelas intervenções que

foram feitas; já agora, só para rebater algumas coisas que foram levantadas. O FAME se está com esse valor, provavelmente pode ter sido um lapso, porque o que está previsto, e eu quando digo as coisas, estão ditas, e disse aqui numa Assembleia Municipal, recorde-me perfeitamente, a propósito da Derrama, que o dinheiro que fosse recebido era aquele que havia de ser aplicado e o que está aí ou o que deveria estar, deveria estar dez mil contos (10.000.000\$00), portanto, o que está previsto são dez mil contos da Câmara Municipal e dez mil contos do BES. E, portanto, esse programa há-de ser um programa que há-de ir para a frente com certeza, vamos lá ver se realmente, não quer dizer é que seja já, mas logo que haja disponibilidades financeiras arrancará com certeza. Portanto, não são dois mil contos (2.000.000\$00), mas serão vinte mil contos (20.000.000\$00). Dez mil contos da Câmara Municipal e dez mil contos do BES - depois, em relação ao planeamento, a questão que levantou há bocado o doutor Luís Nascimento relativamente à empreitada do Cine-teatro, o projecto está pronto, por isso é que não aparece aí o projecto. No anterior Executivo existia um projecto conjunto para uma coisa que se chamava a Casa da Música, ou Escola de Música, qualquer coisa desse género, e que depois foi dividido em dois: o projecto do Cine-teatro que está neste momento, suponho eu, concluído e orçamentado e pronto para ser candidatado e, portanto, não tem nada que aparecer aí o projecto. Em relação ao Parque de Feiras e Exposições, estamos a trabalhar no sentido do projecto aparecer ou poder vir a aparecer. Em relação ao Museu das Profissões, Museu do Vinho, Casa do Governador, naturalmente que são propostas nossas e aqui éramos sempre presos - como diz o povo - "Por ter cão ou por não ter". Ou seja, se nós os tirássemos, diziam assim: "Promessas, fizeram promessas e agora retiraram as promessas"; como nós mantivemos dizem assim: "Não, têm aqui, é só promessas". Enfim, isto é, eu percebo-vos perfeitamente e espero que as pessoas também percebam. Claro que poderá haver oportunidade, porque para se fazer o Museu do Vinho, por exemplo, se calhar não é necessário nenhum espavento, basta se calhar uma casa alugada, por exemplo. Para se fazer o Museu das Profissões, a mesma coisa. Portanto, poderá haver hipóteses de os fazer se calhar sem investimentos tão avultados quanto nós esperávamos. Relativamente à senhora deputada Filipa Almeida, o tempo razoável para audição é uma questão de que eu já me queixava também, mas reconheço que às vezes é um documento importante e que, para estudar esses documentos, deverá haver tempo razoável para os estudar. Enfim, há sempre ajustamentos, quando não há dinheiro estamos sempre a tentar puxar de um lado para o outro e, portanto, se calhar o que se passa agora, enfim, se calhar é o que se passava dantes porque eu também tinha muito pouco tempo para estudar, agora estamos empatados. Relativamente ao projecto do Palacete dos Melos, ó senhora deputada Filipa Almeida, eu não quero falar do passado, já disse isto várias vezes, mas a primeira vez que eu mostrei aquele "projecto" - com as devidas aspas - a quem percebe do assunto, que não sou eu, porque eu não sou arquitecto nem engenheiro, perguntaram-me se aquilo tinha alguma semelhança com um pseudo-estudo prévio e eu não sabia o que havia de dizer. Bom, mas isso agora dava uma história complicada, tal como a do Mercado Municipal e que não vale a pena falar, para já, poderemos noutra altura com certeza, se calhar, explanar acerca disto; aliás, eu tenho uma promessa feita a mim próprio que, quando tiver a cobertura no Palacete dos Melos, vou fazer o historial do Palacete dos Melos e, se calhar, aí alguém ficará mal que não esta gestão, a actual gestão. Relativamente aos equipamentos desportivos de Rio de Moinhos, é com grande mágoa minha que não há esses equipamentos em Rio de Moinhos, mas o culpado não sou eu porque o PDM, o PDM que foi aprovado pela CDU há bastantes anos penalizou drasticamente Rio de Moinhos e a senhora sabe disto. Diga-me onde é que está um espaço para um polidesportivo em Rio de Moinhos? Diga-me. Fora, só fora do perímetro urbano. Portanto, eu nunca me passou pela cabeça quando prometi, e vou fazê-lo, e fique descansada que eu vou fazê-lo antes do fim, de terminar o mandato. Hei-de fazer um polidesportivo em Rio de Moinhos, nem que seja fora do perímetro urbano. Pode dar direito a perda de mandato, mas isso é um problema que não me diz respeito agora. Vou fazê-lo ou então espero que o PDM vá resolver a situação. Mas não há dúvida que Rio de Moinhos foi penalizado e eu nem quero pensar que foi intencionalmente e que foi por questões políticas porque quem olha com olhos de ver para aquele perímetro urbano vê que é uma vergonha, uma vergonha e não fui eu - eu não estava na Câmara - que aprovei aquele PDM - não fui eu - nem aquele perímetro urbano. Relativamente ao meu camarada e Presidente de Junta Paixão, assim reivindicativo é que eu gosto dele, como sempre, naturalmente que a propósito da revitalização dos espaços públicos do concelho, o senhor Presidente até sabe que já foram mandadas propostas para adquirir terrenos para o Jardim, para o Jardim de Rio de Moinhos, também é uma promessa de há muitos anos. Efectivamente, não aparece lá como Jardim de Rio de Moinhos, mas há lá uma rubrica que diz que são diversos, diversos espaços públicos do concelho, onde naturalmente que

esse estará contemplado desde que haja possibilidade de negociação de terrenos. Já em relação ao saneamento básico, a questão da Ribeira/Mouchões, foi retirada na anterior candidatura, portanto, poder-se-á equacionar a hipótese de se vir a fazer para os Mouchões - Mouchões como é um aglomerado pequeno, chegou-me agora aqui assim esta inspiração de última hora, poder-se-á optar provavelmente por uma situação parecida àquela que vamos fazer a título experimental e que foi aprovada, e foi apresentada, candidatada ao programa Life que é uma central fotocátalise. Relativamente à pressão da água, estudos foram feitos, suponho eu, e penso que as bombas até já foram adjudicadas; se não foram, estão a ser adjudicadas. Algumas bombas que vão minorar, não é resolver, porque esse é um outro problema também que não fomos nós nestes dois (2) anos que faz agora, que alargámos a malha urbana da vila, que alargámos a malha urbana de Rio de Moinhos. É que as coisas têm que se pensar, têm que se planificar e naturalmente quanto mais alargar a malha urbana, mais esgotos têm que existir; mais água tem que existir; mais águas pluviais têm que existir porque, quando nós vimos aqui as tampas em baixo a saltar, elas não saltam por acaso; saltam provavelmente porque não houve uma planificação da rede, uma planificação decente da rede, nem de águas pluviais, nem de esgotos, nem de águas de abastecimento público. E, portanto, estas são questões que naturalmente nos preocupam bastante e, aliás, eu comecei logo por dizer que a pressão da água e não só, porque a rede está podre e nós tivemos a prova disso com a Rua de São Francisco, eu quero ver é onde é que nós, esta Câmara ou outra, vai arranjar a nossa participação para remodelar tudo isso. Isso é que eu gostava de saber porque se era mais fácil nos anteriores quadros comunitários; agora não é, agora não é. O tempo das vacas gordas acabou e perdemos oportunidades e não era eu que cá estava. Relativamente aos polidesportivos, já foi referido, Barro Branco pode-se começar a qualquer hora, temos lá o terreno e, em relação aos arruamentos que o Paixão falava do Largo da Ribeira, infelizmente já devia estar concluído, mas às vezes há prioridades que se têm que tomar. E, para já, ficamos por aqui.

O Presidente da Assembleia Municipal: Doutora Filipa, faz favor. O Membro Filipa Almeida: Ó senhor Presidente, o mundo não começou no dia quatro de Janeiro de dois mil e dois (4/JAN/2002) e a Carta de Foral deste concelho não foi atribuída nesse dia. Portanto, antes de nós havia outros e a história do concelho de Borba, a história do Poder Local Democrático do concelho de Borba é feita com todos os autarcas que por aqui passaram desde o Vinte e Cinco de Abril. E por isso é que alguns membros desta Assembleia, alguns que até estão hoje no público, alguns que estão aqui, que estão na Oposição já passaram pela maioria, já passaram pela vereação e estão em melhores condições de intervir, e têm a obrigação disso, do que os outros. Portanto, o senhor Presidente fala como se tudo tivesse começado o ano passado; tudo o que existe de mau vem do passado, vem dos mandatos anteriores, vem de quem cá estava. A culpa nunca é do presente. E há bocadinho alguém perguntava: "Este discurso vai continuar assim até ao final do mandato?". Se calhar, vai. O senhor Presidente, por um lado, reconhece "Estamos em tempo de vacas magras"; "As grandes oportunidades perderam-se", foram os outros que as perderam, nunca fomos nós; nunca, nunca sou eu o culpado. Então, mais razão tem o meu camarada Luís Nascimento para perguntar "Como é que isto se vai cumprir?". Então, nós temos que dizer: os planos, as propostas têm que ser adequadas à realidade das vacas magras; não podem ser feitas como se estivéssemos em tempo de vacas gordas. Quando nós criticamos uma série de intenções, uma série de propostas vagas que estão nestes documentos, é por isso mesmo, porque isto permite fazer tudo, mas também permite não fazer e há sempre desculpa. E depois há-de vir o senhor Paixão e outros eleitos, mais uma vez, a dizer "Já não são seis (6) anos de promessas, já vão ser sete (7) e depois se calhar vão ser oito (8)" e é, esta história é rito de memórias, senhor Presidente. Isto é feito de memórias e eu quero lembrar que o Plano Director Municipal foi elaborado neste concelho com a participação activa, activa de todos os eleitos da Câmara e da Assembleia Municipal. Várias vezes a equipa que estava a elaborar o PDM esteve nesta Assembleia Municipal a explicar; a ouvir sugestões; a ouvir perguntas e quando foi aprovado, foi aprovado por unanimidade e aclamação também, também houve palmas. Foi aprovado por todos e foram feitas muitas reuniões com a população. Naturalmente, isto não isenta o planeamento de erros; o planeamento é dinâmico, não é estático. Naturalmente, o Plano Director tem que ser revisto e está a Câmara a, a desenvolver esforços para o rever. Mas provavelmente, para não dizer com certeza, a revisão do PDM não vai resolver os problemas de todos os municípios de Borba, nem vai contentar todos aqueles que agora não podem fazer isto ou aquilo porque o PDM não permite. Nem vai resolver o problema dos equipamentos desportivos que faltam em Rio de Moinhos, na Nora ou no Barro Branco ou na Orada ou

em Borba, não vai resolver tudo. E, em relação aos perímetros urbanos, o senhor Presidente já sabe, se o quiser dizer em público, diz; já sabe que os perímetros urbanos dificilmente, dificilmente serão ampliados. Isto não é em Borba, é em todo o país. Portanto, o PDM não é o culpado de as coisas não se fazerem aqui ou além. Quanto ao Palacete dos Melos, eu não quero esquecer nada, mas há, há bocado alguém, não era, não era eu, que eu não falei sobre o assunto, mas havia, vários eleitos do Partido Socialista que sobre um parecer jurídico diziam "Então e isto não pode ser de outra maneira?"; "O parecer foi feito à pressa" - diziam uns; "Era preciso pedir outro parecer" - diziam outros; "Os juristas não estão todos de acordo" - dizia um outro. Em relação aos engenheiros, aos arquitectos, também não estão todos de acordo; também há uns que defendem umas coisas, há outros que defendem outras; há uns que dizem que aquilo que os outros fizeram está mal. Ontem, por acaso, numa notícia na rádio, estavam a chamar a atenção de uma forma até muito, muito exuberante para um grande projecto, que também é contra o PDM de Lisboa, e sobre o qual havia ontem um debate público promovido por uma Junta de Freguesia e feito por um grande arquitecto conhecido internacionalmente que é o Siza Vieira. Portanto, os projectos, e eu conheci muito bem e conheço, conheço profundamente o projecto de recuperação do Palacete dos Melos e os fins a que estava destinado. Se tinha erros técnicos, esta Câmara podia falar em correcção, alteração para correcção de erros, complementação, qualquer coisa, mas a Câmara fala em remodelação. Quando eu digo "Não sei para que é que vai servir aquele equipamento, aquele edifício", é que não sabemos mesmo. A Câmara fala em remodelação, aquele edifício tinha um destino, uma biblioteca, um núcleo museológico, a construção de um auditório, de um bom auditório municipal para todos os eventos. Quando eu pergunto é com toda a seriedade, senhor Presidente. Estou preocupada porque Borba não tem nada e não é o Cine-teatro, e não é o Cine-teatro que vai resolver os problemas de carência cultural em Borba porque o Cine-teatro, como todos sabemos e não precisamos ser arquitectos, não tem dimensão de palco para qualquer realização média cultural. Não tem. E estas coisas não precisam só de arquitectos, precisam de técnicos da cultura, precisam de outras áreas, de outras especialidades. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal: O senhor Presidente da Câmara quer falar?

O Presidente da Câmara Municipal : Quero, quero. Perguntava-me há bocado a senhora deputada Filipa se eu ia continuar com este discurso até ao fim; sempre foi este o discurso que eu tive a propósito do anterior "regime" - com as devidas aspas - e vai até ao fim sempre que me provoquem. Sempre que me provoquem, este discurso vai até ao fim porque eu nunca gostei de ficar com nada por dizer. Relativamente à história, aos perímetros urbanos serem ampliados ou não, é óbvio que neste momento há mais dificuldades em alargar os perímetros urbanos. Eu quando me referi à vergonha dos perímetros urbanos, não me refiro ao que está agora, refiro-me à aprovação que foi feita e se foi feita com palmas, então sinceramente, eu nem classifico quem bateu as palmas, por uma questão de princípio. Eu não fui, eu não fui. Relativamente à história ser feita de memórias, só lhe quero dizer, senhora deputada Filipa, que, olhe, e de facto eu nessas coisas, a minha memória não é curta e, portanto, só lhe quero dizer que em relação ao orçamento, e já que estamos a falar de orçamentos, olhe, as taxas de execução, em dois mil (2000) a taxa de execução foi de receita cinquenta e sete por cento (57%); despesa cinquenta e sete por cento (57%). Em dois mil e um (2001), receita quarenta e sete e meio (47,5); despesa quarenta e seis setenta e oito (46,78). Dois mil e dois (2002), o nosso mandato, e os números não foram empolados aqui, receita sessenta e um (61); despesa (52) e em dois mil e três (2003), até Novembro, que ainda falta apurar muita coisa, receita cinquenta e três (53); despesa cinquenta e três (53). Portanto, quando falamos de execuções, quando falamos, e não vamos falar dos números que isso agora seria fastidioso, tenho-os todos aqui apurados com várias hipóteses todas feitas e prova que temos estado a trabalhar dentro do possível. Portanto, se há empolamentos, já havia se calhar mais, quando falamos em taxas de execução, estão aqui, se foram inferiores às nossas, os números estão aqui. Muito obrigado, para já.

O Presidente da Assembleia Municipal: Faz favor, senhor António Paixão.

O Membro António Paixão : Senhor Presidente, vai, vai desculpar-me e certamente também esta Assembleia por eu tentar, de uma forma, enfim, um bocadinho talvez caricata, ilustrar esta história das verbas empoladas e, e até de memórias que eu também já tenho sobre as verbas transitarem; vê-las no início, no início do ano nos orçamentos, nos planos de actividades colocadas e depois, quando chegava ao

fim, não me aparecia nem a verba, nem me apareciam as obras. Faz-me lembrar, lembrou-me agora aqui de repente da história daquele professor que mandou fazer um desenho a todos os alunos, havendo um deles que ficou como eu . Quando o professor se dirigiu aos alunos para ver o desenho, esse a que me refiro não tinha nada feito, apenas uma folha em branco. "Então, o teu desenho? Então, o que é que tu fizeste?"; "Ah, senhor professor, eu fiz aqui uma vaca a comer erva"; "Uma vaca a comer erva? Então e onde está a erva?"; "A vaca comeu-a"; "Então e a vaca?"; "Abalou". Tal e qual as verbas das obras da CDU e também agora do PS em Rio de Moinhos.

O Presidente da Assembleia Municipal: Pronto, o membro António Paixão já deu aqui um pouco de animação a isto. Vamos passar então à votação. Vamos votar inicialmente o "Orçamento para o Ano Dois Mil e Quatro (2004)" e seguidamente as "Opções do Plano". Portanto, quem vota a favor do "Orçamento para o Ano Dois Mil e Quatro", faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levanta o braço. Faz favor de baixar. Quem se abstém? Faz favor de baixar. Vamos seguidamente votar as "Opções do Plano para o Ano Dois Mil e Quatro". Quem vota a favor das "Opções do Plano para o Ano Dois Mil e Quatro", faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Faz favor de baixar. Quem se abstém? Portanto, o Orçamento está aprovado por maioria, com 13 votos a favor, quatro (4) votos contra e uma (1) abstenção. As "Opções do Plano" estão aprovadas por maioria com 13 votos a favor, quatro (4) votos contra e uma (1) abstenção.

O Membro Luís Nascimento : Declaração de Voto. (Anexo 3)

O Presidente da Assembleia Municipal: Está entregue a declaração de voto. Faz favor, senhor engenheiro Cabral

O Membro Carlos Cabral: pode ser disponibilizada um fotocópia da Declaração de Voto dos eleitos da CDU?

O Presidente da Assembleia Municipal: Com certeza.

O Membro Carlos Cabral: Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos passar ao ponto seguinte.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Empréstimo a curto prazo.

O Presidente da Assembleia Municipal: Passo a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal : Este empréstimo a curto prazo é aquele empréstimo que nós custamos fazer, já vimos habituados a fazer. É aquele empréstimo que é feito sempre no início de cada ano para fazer face a despesas de tesouraria. Portanto, está aí a análise feita e a melhor proposta é da Caixa Geral de Depósitos.

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém se quer inscrever sobre o assunto? Vamos passar à votação. Quem vota a favor da proposta apresentada pela Câmara, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém? Está aprovado por unanimidade. Passamos ao ponto seguinte que é "O Empréstimo a Médio e Longo Prazo". Passo a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Empréstimo a médio e longo prazo.

O Presidente da Assembleia Municipal: Este empréstimo, "Empréstimo a Longo Prazo" é proposto de acordo com as capacidades de endividamento que temos. Portanto, temos possibilidade de contrair o empréstimo de quarenta mil contos (40.000.000\$00) - duzentos mil euros (€200.000) - e, como não queremos que a senhora Ministra nos retire esta pequena verba a que temos direito, e porque temos obras para fazer solicitamos aprovação à Assembleia Municipal. Também está a análise feita e a instituição que melhor apresenta proposta é a Caixa Geral de Depósitos.

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém quer falar sobre esse assunto? Doutora Filipa, faz favor.

O Membro Filipa Almeida: Esta também não atrasa, senhor Presidente, não é a anedota da vaca, mas é, é uma nota também. Estava, estava a ver esta proposta do empréstimo e estava-me a lembrar daquele concurso que passa todos os dias na Televisão do "Quem Quer Ser Milionário". Alguns concorrentes gastam as ajudas todas logo nas primeiras cinco (5) perguntas e depois ficam ali sem saber o que fazer até ao fim do concurso, enquanto lá estão, até que perdem, não é? Quando perdem. Às vezes ganham alguma coisa, outras vezes não ganham quase nada. Esta proposta faz-me lembrar o concorrente que gasta as ajudas todas na primeira metade do jogo. Estamos no fim da primeira metade do jogo, as ajudas estão gastas, a partir de agora, senhor Presidente, olhe, já não tem ajuda do público, isto está mau; já não tem ajuda telefónica que já a gastou e a dos cinquenta por cento (50%) também já foi gasta.

O Presidente da Câmara Municipal : Mas posso ter várias coelhas para tirar da cartola.

O Membro Filipa Almeida : Senhor Presidente, eu quando falei de gastar as ajudas é que este empréstimo, segundo o senhor Presidente disse, é o último possível. A capacidade de endividamento da Câmara, para já, acabou. Tem que pagar algum.

O Presidente da Assembleia Municipal: Eu gostava que não houvesse diálogo. Vamos votar. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, está aprovado por maioria com 13 votos a favor e cinco (5) abstenções. Passávamos ao ponto seguinte que é "A Primeira Revisão Orçamental".

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Primeira Revisão Orçamental.

O Presidente da Assembleia Municipal: Passo a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal : Esta revisão orçamental também não é nada de especial. Portanto, o que se pretende apenas é introduzir o saldo da gerência anterior e, portanto, está aí na parte final a nota explicativa que podem analisar, se o entenderem.

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém quer usar da palavra? Ninguém quer usar da palavra, vamos passar à votação. Quem vota a favor da Revisão Orçamental" apresentada no documento da Câmara, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovado por maioria com 17 votos a favor e uma (1) abstenção. Passamos ao ponto seguinte.

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de 2004.

O Presidente da Câmara Municipal : Bom, antes de vos falar desta tabela queria apenas dizer que houve aí dois erros de impressão de quem dactilografou, é na página cinco (5), página cinco, artigo quinze (art.º15); página cinco, artigo quinze, número três (3) está escrito lá "Emissão de Alvará de Renovação de Licença/Autorização de Construção por mês". Não é "por mês", é só "Emissão". Portanto, está lá, o "por mês" está a mais; senão, quer dizer, era bom que fosse por mês, já não precisava tirar tantos coelhos da cartola. Na página cinco, artigo quinze, número três; portanto, na parte final da frase, "por mês" é para riscar. E depois na página número nove (9), na página número nove, por cima da secção sexta (6.ª) "Compensações", está lá uma nota que diz o índice, "O valor do índice K3 fixado para o ano de dois mil e", não é dois mil e três (2003), é dois mil e quatro (2004). Certo? Portanto, depois de corrigir estes dois pequenos erros, queria-vos dizer que esta tabela que nós propomos à Assembleia não tem alterações significativas; a média do aumento dos valores corresponde à taxa de inflação prevista, que é três virgula cinco (3,5). Há algumas situações pontuais onde poderá eventualmente isso acontecer; estou-me a lembrar, por exemplo, das fossas, que nós recorremos com frequência a serviços exteriores e pagávamos muito mais do que aquilo que recebíamos e, portanto, não é conveniente, não é? E, portanto, acrescentámos algumas cobranças que, de certa forma, até já se vinham fazendo, mas que acabavam por não corresponder bem aquilo que se calhar se fazia, que é a questão do lancil, por exemplo; fornecimento do lancil. Portanto, são coisas pontuais que foram acrescentadas. Serviços que nós prestávamos e que

depois não constavam na tabela de taxas. Portanto, depois há aí alguns arredondamentos porque havia assim uns valores caricatos que foram arredondados, portanto, a tabela é essa que nós propomos e pomos à consideração da Assembleia. Dizer, no entanto, já agora, que poderá eventualmente vir a haver mais alguma alteração em termos futuros, sobretudo a pensar nos resíduos sólidos. Nós continuamos com dificuldades, há algumas alterações que nós achamos que se devem vir a fazer ainda dentro do próximo ano porque, em relação por exemplo aos resíduos que são imputados através do consumo de água, acontece que há pessoas que gastam muita pouca água e que produzem muitos resíduos sólidos e, portanto, acaba por não estar isto muito correcto. De qualquer maneira, estamos a estudar essa hipótese e, quando tivermos o estudo feito, virá naturalmente à Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal: Faz favor, quem se quiser inscrever.

O Membro Carlos Cabral: Era só uma pequena dúvida. Os espaços que, na tabela, à direita, estão em branco, representam que não foram calculados os valores? Por exemplo, na página vinte e nove (29), eu teria muito interesse em saber o que é que tem que pagar um arrumador de automóveis para exercer a sua profissão e está em branco. Isso é lapso ou é porque não há arrumador de automóveis?

O Presidente da Câmara Municipal: É porque não há.

O Membro Carlos Cabral: Ainda ninguém se candidatou, mas quando se candidatar, como é que sabe quanto vai pagar?

O Presidente da Câmara Municipal: Nessa altura a gente poderá com certeza, trazer aqui à Assembleia.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, o doutor Nascimento está inscrito, faz favor.

O Membro Luís Nascimento : Duas questões. A primeira é uma dúvida minha e gostava de ser esclarecido, é o que é que vai acontecer a esta proposta de "Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas" após a sua aprovação aqui hoje - é a primeira questão. A segunda dizer que nós não podemos concordar com parte desta tabela de taxas, nomeadamente no que concerne às tarifas de águas, tarifas de resíduos sólidos urbanos e taxas de saneamento. Nós já dissemos, noutra oportunidade, que, de facto, a proposta que o Executivo do Partido Socialista trouxe à Câmara e depois à Assembleia Municipal mexeu profundamente nos bolsos dos munícipes e, ainda vai mexer mais. Porque ainda não estão a ser aplicadas devidamente, na óptica que nós fazemos sobre a matéria das águas, aquilo que será a oneração pelo facto, da Câmara Municipal de Borba e o Município de Borba ter aderido ao sistema Multi-municipal. E, por outro lado, dizer ao senhor Presidente que já o afirmou e já o apresentou na Comunicação Social que, de facto, a água de Borba não é a água mais barata da zona dos mármore. A água de Borba não é a água mais barata da zona dos mármore. O concelho aqui ao lado tem, de facto, a água mais barata que o concelho de Borba. E dizer que, por exemplo, um agregado familiar que tinha um consumo de quinze metros cúbicos (15m³) de água, um agregado familiar médio e quinze metros cúbicos de água será o consumo já, de certa forma, exagerado para o consumo médio para uma família média, portanto, de três (3) pessoas, quatro (4) pessoas, quinze metros cúbicos é já um consumo, de alguma forma, elevado; num concelho aqui ao lado, no concelho de Vila Viçosa que já aqui foi chamado também à liça, é mais caro em Borba, a factura por quinze metros cúbicos de água é mais caro quarenta e dois vírgula oito por cento (42,8%), não é? Enquanto que um consumidor - sem calcular o IVA, não calculei aqui o IVA - paga em Borba doze vírgula setenta e um euros (€12,71) do consumo de água, resíduos e saneamento; em Vila Viçosa paga oito euros e noventa. Portanto, senhor Presidente, e mais, a "Tabela de Taxas, Tarifas e Licenças" de Vila Viçosa para o consumo de água tem, tem benefícios sociais. Para os reformados e para os idosos que não pagam o primeiro escalão, se assim o requerer naturalmente. E tem também uma escala, tem também um tarifário para as famílias numerosas, cinco (5) ou mais pessoas que tem uma redução que vai até um terço (1/3) do preço normal da tarifa da água. Portanto, mesmo sem essas reduções e sem essas benesses de carácter social, a água de Borba, para um consumidor que tenha quinze (15), dezasseis (16) ou dezassete metros cúbicos de água por mês (17m³/mês) é mais cara em Borba do que é em Vila Viçosa. Contrariamente aquilo que o senhor Presidente disse que a água de Borba é a mais barata da zona dos mármore e não tive oportunidade, de facto, de avaliar os outros concelhos, mas terei a oportunidade de o

fazer. Portanto, nós não estamos, de facto, não posso estar de acordo com esta proposta.

O Presidente da Câmara Municipal : Posso, senhor Presidente?

O Presidente da Assembleia Municipal : Faz favor, senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal : Eu apenas o que quero dizer é que, se isso em Vila Viçosa se passa, é agora. Portanto, o conhecimento que eu tinha era que aquilo que se fazia em Vila Viçosa era exactamente aquilo que se fazia em Borba, ilegalmente, antes desta tabela, que era de taxar tudo pelo preço de escalão máximo, era a informação que eu tinha. Pode ter sido alterada,

O Membro Luís Nascimento: Não, não houve alteração, senhor Presidente.

O Presidente da Câmara Municipal : Mas há uma outra coisa importante, se falamos de qualidade da água eu que fui muitos anos professor em Vila Viçosa sei a água que lá bebia. Portanto, neste momento sei a água que nós bebemos e, por acaso, até sei a água que se bebe lá, a qualidade da água que se bebe lá. Não estou a dizer que a água é imprópria para consumo, mas que em termos de abastecimento, que em termos de pressão inclusivamente - embora em Borba haja alguns problemas - Vila Viçosa é incomparável com Borba, mas isso também não é desculpa. Mas com certeza, compararei brevemente recibos de Vila Viçosa e Borba.

O Presidente da Assembleia Municipal: Como não há inscritos, íamos votar a "Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o Ano de Dois Mil e Quatro". Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Faz favor de baixar. Quem se abstém? Portanto, está aprovado por maioria, com 14 votos a favor e quatro (4) votos contra.

O Membro Luís do Nascimento : Apresento uma declaração de Voto (Anexo 4).

PONTO TRÊS PONTO SETE: Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação de taxas a aplicar no ano de 2004.

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos entrar no ponto três, sete (3.7) - "Imposto Municipal Sobre Imóveis - Fixação de Taxas a Aplicar no Ano de Dois Mil e Quatro". Passo a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal: Muito obrigado. Bom, de acordo com a aprovação do novo Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a nossa proposta considerando que nós não sabemos quais são as bases de incidência sobre os quais vão recair a avaliação dos prédios e considerando a informação e o pedido, de certa forma, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a nossa proposta vai para prédios rústicos - zero ponto oito (0.8); para prédios urbanos - zero ponto oito (0.8); prédios urbanos avaliados nos termos do Código de Imposto Municipal - zero ponto cinco (0.5) e um agravamento de vinte por cento (20%) para os prédios degradados com base no número sete (7) do artigo cento e doze (art.º112) do Código do Imposto Municipal. Portanto, nós entendemos que esta era a proposta razoável, até porque a informação da Associação de Municípios vai no sentido de se aprovar o valor máximo. Há dúvidas relativamente a todos estes assuntos e mesmo até, inclusivamente, em relação às estimativas. Há quem afirme que as próprias estimativas, que são calculadas pela própria Direcção Geral de Contribuições e Impostos, não correspondem àquilo que ali está, portanto, estão empoladas - se calhar também têm alguns coelhos da cartola para tirar - e, portanto, esta é a nossa proposta que submetemos, portanto, à Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal: Se alguém quiser falar, faz favor de se inscrever. Doutor Nascimento, faz favor.

O Membro Luís Nascimento: Bom, de facto, esta matéria é uma matéria que está ainda um pouco envolta nalgumas nuvens. Ainda não se sabe muito bem o que é que vai sair daqui. O próprio decreto-lei que publica o novo Código é um decreto-lei, de alguma forma, complexo e muito extenso e que carece, de

facto, uma atenção muito perspicaz em relação a toda esta matéria. Mas é claro que o decreto-lei e o novo Código têm lá já, de facto, coeficientes de actualização a ser aplicados aos aos prédios urbanos. Coeficientes de actualização que vão desde quarenta e quatro vírgula vinte e um (44,21) para os prédios até mil novecentos e setenta (1970); até um coeficiente de actualização um (1) para os prédios de dois mil e dois (2002). O próprio decreto-lei impõe tampões no aumento do imposto a ser aplicado, não é? Para o primeiro ano impõe um tampão de sessenta euros . Pronto, o que de alguma forma é uma salvaguarda para quem vai ter que pagar imposto. No segundo ano, setenta cinco euros; no terceiro ano noventa euros e vai aumentando, de facto, este tampão, não é? Agora, a questão que eu quero colocar é esta, é que o nosso parque urbano tem quarenta e seis por cento (46%) dos prédios com construção até mil novecentos e setenta (1970). São mil, trezentos e trinta e nove (1.339) prédios construídos até mil novecentos e setenta que vão ter um índice de actualização de quarenta e quatro vírgula vinte e um (44,21). O que quer dizer que, por exemplo, um prédio que tenha um valor matricial de mil euros, com este índice de actualização e que se reporte, por exemplo, ao ano de mil novecentos e setenta, vai passar a ter um valor matricial de quarenta e quatro mil e duzentos e dez euros, não é? Naturalmente que este decreto-lei e o Código em si é cego, é cego no sentido da sua aplicação. Não vê a quem é que é aplicado, não é? E conhecendo mais ou menos, de facto, o tecido urbano e conhecendo quem lá habita, vemos que uma actualização ou um tampão de sessenta euros para uns, não é o mesmo que ter um aumento de sessenta euros para outros; nomeadamente, muitos dos casos destes prédios com valor matricial mais baixo são prédios onde vive gente reformada e alguma gente carenciada; outros não, outros não. E, de facto, ao aplicar esse coeficiente da actualização, vai fazer subir de uma forma potencial, de facto, o imposto a ser aplicado. Por isto, pensamos que, até salvaguardando as indecisões ou as incertezas que há sobre esta matéria e estamos em crer que daqui por dois (2) anos ou três (3) é que se começará, de facto, a delinear mais claramente toda a aplicação deste Código sobre o Imposto Municipal de Imóveis é que poderá haver, de facto, um acerto mais ajustado e ter em atenção de facto algumas situações mais gravosas. Pelo que, pensamos que é errado, neste momento, estar a aplicar-se a taxa máxima que a Lei prevê, quer nos prédios que já estejam inscritos, como nos prédios que não estejam inscritos na Matriz conforme o próprio decreto-lei o diz. A nossa proposta, de facto, é que não fosse, até à semelhança daquilo que o Partido Socialista já fez à CDU, quando estava no mandato anterior, e nos fez baixar, de um ponto três (1.3) para um ponto zero (1.0) a então Contribuição Autárquica, nós também de facto, apelávamos ao sentido desta maioria que está instalada na Assembleia Municipal e que fossem propostos valores médios para aplicar agora com o Imposto Municipal sobre Imóveis.

O Presidente da Assembleia Municipal: Doutor Rui Bacalhau, faz favor.

O Membro Rui Bacalhau : Boa noite. É a primeira vez que falo esta noite, queria só fazer alguns esclarecimentos relativamente à última intervenção e também à intervenção do senhor Presidente. Eu acho que este decreto é bastante claro e já estive em acções de formação em que está tudo muito bem especificado, tudo muito bem especificado. Já estive com algumas pessoas e passo, de uma forma sucinta, a dizer a fórmula. A fórmula do Valor Tributário daqui para à frente é o valor da construção, que é definido por uma comissão a nomear; é a área mais o coeficiente de conforto; mais o coeficiente de vetustez; mais o coeficiente de localização e há ainda um outro coeficiente. Falar em quarenta e quatro por cento (44%) é quem não leu o decreto porque a soma destes coeficientes todos é que vai dar o valor Tributário. Até dou um exemplo que foi dado na acção de formação, foi o próprio exemplo que foi distribuído. Um prédio que, num concelho do Interior, custe ou, por outra, venha a ter um valor Tributário de dezanove mil e quatrocentos contos (19.400.000\$00), no concelho de Oeiras custa cinquenta e quatro mil contos (54.000.000\$00), vejam só a diferença. Portanto, o decreto-lei está tão bem especificado, eu não estou a defender o decreto-lei porque sabem até a minha opinião sobre os Impostos Municipais e nomeadamente sobre Borba. Já tive essa posição num outro imposto que já verificámos há pouco no orçamento que, de facto, não me tinha enganado nos valores e que eles estão a reduzir e neste também tenho o mesmo tipo de posição. Queria era só que não viessem para aqui com valores sem saber o que é que estão a dizer porque esses quarenta e quatro por cento (44%), esses quarenta e quatro por cento é um (1) em seis (6) coeficientes, em seis valores. E depois o decreto tem regimes especiais; aliás, por isso é que anda esta fobia toda a irem às Repartições de Finanças e o decreto ainda tem aumentos graduais e ainda saiu parece-me que foi ontem, saiu ontem também a possibilidade de renda, de rendas apoiadas, de

rendas apoiadas. Portanto, não venhamos para aqui a iludir com questões políticas uma coisa que não tem nada a ver. Isto é uma questão técnica: ou aprovamos ou não aprovamos; ou temos uma posição ou não temos uma posição. Vir para aqui a dizer "Quarenta e quatro por cento não é real", e peço que rectifiquem esta situação.

O Presidente da Assembleia Municipal: Doutor Nascimento, faz favor.

O Membro Luís Nascimento: A diferença é uma e é diferente desta que colocou o deputado Rui Bacalhau. É que, sobre estes prédios que eu falei, a Câmara propõe uma aplicação de uma taxa de zero vírgula oito por cento (0,8%), não é? Que são prédios que não foram avaliados ou que não estão avaliados ainda; porque os prédios que forem avaliados, esses é que estão indexados com a formula que apresentou e tem uma taxa máxima de zero vírgula cinco por cento (0,5%). A diferença é esta. Enquanto estes não. Estes, estes têm uma taxação máxima de zero vírgula oito por cento.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer falar sobre o assunto? Doutora Filipa, faz favor.

O Membro Filipa Almeida: Isto agora já é uma questão técnica. Quando era Contribuição Autárquica era uma questão política. Isto só mudou o nome do imposto e mudou a natureza do imposto também. É que realmente a memória é mesmo curta; continua a ser um imposto, continua a ser uma taxa aplicada decidida por esta Assembleia e que pode ir até zero ponto oito (0.8), pode ir até zero ponto oito e zero ponto oito é a taxa máxima e o que nós estamos contra é a taxa máxima. A avaliação tinha que ser feita ou a reavaliação tem que ser feita; os valores matriciais dos prédios são muito baixos. De todos os lados, de todas as bancadas temo-nos vindo, os autarcas tem-se vindo a queixar disto; há valores ridículos. Essa actualização tem que ser feita, mas e por isso é que existem os tais tampões porque senão, não era os sessenta euros, nem os setenta (70) para o primeiro ano de aplicação do imposto, era muito mais porque os valores de actualização são muito maiores. E, quando o doutor Luís Nascimento apresentou aqui aqueles números, também está baseado num estudo que já foi feito por pessoas que conhecem muito mais do que nós, nós não somos técnicos desta área. Se calhar o Rui Bacalhau é, nós não somos técnicos desta área, mas há outros que são. Portanto, estas actualizações, estes números são verdadeiros e o que compete a esta Assembleia é decidir se aplica a taxa máxima ou se aplica a taxa mínima ou se aplica uma taxa média. E à semelhança do que o Partido Socialista fazia e fez relativamente à Contribuição Autárquica, nós defendemos que agora, havendo actualização e havendo um valor, passa haver um valor muito diferente do valor matricial que os prédios tinham até agora, nós propomos que não seja aplicada a taxa máxima de zero ponto oito (0.8) e foi este apelo que o doutor Luís Nascimento deixou. Não é uma questão técnica, é uma decisão política desta Assembleia.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém se quer inscrever? O senhor Presidente da Câmara quer falar?

O Presidente da Câmara Municipal: Quero. Quero dizer apenas e só que não podemos comparar aquilo que é incomparável e, portanto, comparar a anterior Contribuição Autárquica com esta, com este imposto não é a mesma coisa. E não é a mesma coisa e há a juntar a tudo isso o facto de haver o tal tecto, o tecto dos sessenta euros. Portanto, ou seja, em termos de aumento, nunca vai haver um aumento superior a sessenta euros. Até poderia, portanto, o cálculo até poderia ascender aos quinhentos euros, mas o que é um facto é que a pessoa não vai pagar mais do que sessenta.

O Membro Filipa Almeida : Mas depois vai.

O Presidente da Câmara Municipal: Depois vai, mas é que isto que está aqui, o que nós estamos aqui a aprovar é a taxa para o ano que vem. Se no ano que vem nós entendermos, nós acharmos que realmente há que corrigir, podemos baixar. Agora, não há duvida nenhuma é que nós neste momento, aquilo que sabemos; aliás, as próprias estimativas são da Associação Nacional de Municípios e das próprias Finanças. Se nós compararmos aquilo que recebemos o ano passado em Contribuição Autárquica que foi cerca de cento e oitenta cinco mil euros, com a estimativa para zero, oito (0.8) das Contribuições e

Impostos, que há quem diga que não estão correctas e que passará de cento e oitenta e cinco mil para duzentos e quinze (215), então facilmente se verifica que o aumento é bastante baixo comparativamente com aquilo que se diz. Agora, quer dizer, ir aprovar, irmos aprovar um valor que, à partida, vá trazer para Borba menos - mesmo em termos de estimativa que há quem diga que não estão correctas - valores inferiores àqueles que nós recebíamos em termos de Contribuição Autárquica, penso que é um bocado anedótico, não é? Mas, para já, fico-me por aqui.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer falar? Vamos passar à votação. Quem vota a favor da proposta apresentada pela Câmara, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra a proposta, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Portanto, a proposta está aprovada por maioria, com 13 votos a favor, quatro (4) votos contra e uma (1) abstenção.

O Membro Filipa Almeida : Apresento uma declaração de Voto (Anexo 5).

PONTO TRÊS PONTO OITO: Projecto de Adaptação dos Estatutos da AMDE nos termos da Lei nº 11/2003 de 13 de Maio.

O Presidente da Assembleia Municipal: Então, vamos passar ao ponto seguinte "Projecto de Adaptação dos Estatutos da AMDE nos termos da lei número onze barra dois mil e três (11/2003), de treze (13) de Maio". Passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal: Com este "Projecto de Adaptação de Estatuto à Lei Onze de Dois Mil e Três (11/2003) de treze Maio", no fundo, pretende-se adaptar a actual Associação de Municípios do distrito de Évora a uma associação de fins específicos, de acordo, portanto, com a Lei Onze de dois mil e três (11/2003) que tem que estar aprovada até Março do ano que vem. Acontece que estes estatutos que aqui estão, este projecto de estatutos que aqui está já foi aprovado no Conselho de Administração da Associação de Municípios já foi aprovado na Assembleia-Geral da Associação também e, portanto, vem à Assembleia Municipal, está agora a ir a todas as Assembleias Municipais para ratificação e, portanto, aqui, aquilo que se pede; aliás, que o Conselho de Administração da Associação de Municípios pede é que não seja feita nenhuma alteração, portanto, ou se aprova ou não. Era bom que se aprovasse, não é? Porque isto pode trazer outras implicações, mas porque isto teria que voltar tudo para trás outra vez; teria que ir aos Conselhos da Administração; teria que ir à Assembleia Inter-Municipal outra vez; teria que ir às reuniões de Câmara e, portanto, duvida-se que até Março o processo esteja concluído. E, para já, é só.

O Presidente da Assembleia Municipal: Engenheiro Cabral, faz favor.

O Membro Carlos Cabral : Muito obrigado, senhor Presidente. A aprovação que espero que vamos fazer dos estatutos da Associação de Municípios do Distrito de Évora, permite-me fazer algumas reflexões sobre a aprovação desta proposta, o que é que vamos fazer de facto. As propostas, quando vêm às Assembleias Municipais como esta da Associação dos Municípios do Distrito de Évora e os seus estatutos, são postas à discussão dos eleitos que representam diversas forças políticas e, conforme a inclinação dos diversos membros, são aprovadas ou não aprovadas. Do ponto de vista da sua aprovação, uma proposta não obriga um Executivo a seguir estes estatutos, não obrigam o Executivo, mas é um mero exercício do direito democrático dos resultados das eleições democráticas que são feitas de quatro em quatro (4) anos. E a linguagem, que se usa nos documentos tem a sua leitura, que tem a sua tradução na prática e revela, de algum modo o que está por de trás do pensamento. Quando numa intervenção que não pude fazer, queria dizer que uma maioria quando exerce o seu direito de voto democrático não pode ser isso qualificado como uma obrigação do Executivo a levar uma determinada taxa. É a sua opinião sobre determinado assunto em determinado momento; tem o direito de o fazer e esta linguagem parece-me a mim que, do ponto de vista político, não pode ser utilizada. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Doutora Filipa Almeida, faz favor.

O Membro Filipa Almeida: Senhor Presidente, consegue-me dizer qual é a opinião do engenheiro Carlos Cabral sobre os Estatutos da Associação de Municípios?

O Presidente da Assembleia Municipal: Vai responder?

O Membro Carlos Cabral: Um importante documento que vai permitir, com certeza, que Associação de Municípios do Distrito de Évora, avance no caminho certo em relação ao futuro e à realização das importantes tarefas que lhes estão cometidas. É essa a minha opinião sobre os estatutos, senhor Presidente.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer falar sobre o assunto? Como mais ninguém quer falar, portanto, vou pôr à votação o "Projecto de Adaptação de Estatutos" que aqui foi apresentado. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Está aprovado por maioria, com 17 votos a favor e uma (1) abstenção. Vou fazer uma Declaração de Voto para justificar a minha abstenção. "Não conheço os estatutos e por isso não consigo entender a "Proposta de Adaptação dos Estatutos". Queria ainda dizer mais, eu considero que as Associações de Municípios, neste momento e de alguns anos a esta parte, são um entrave ao desenvolvimento de uma plena Regionalização". É a minha posição. Vamos passar ao ponto três nove (3,9): "Norma do Controle Interno".

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Norma de Controlo Interno.

O Presidente da Câmara Municipal: Em relação a este Regulamento do Sistema do Controlo Interno da Câmara Municipal de Borba que foi aprovado na reunião de Câmara, chegou-se à conclusão que não faz parte das competências, portanto, de aprovação na Assembleia Municipal. No entanto, nós entendemos que nunca ficará mal, por uma questão até de transparência, de se trazer para conhecimento e para apreciação à Assembleia Municipal e é nesse sentido que a cá trouxemos. Mas, de acordo com a Lei, portanto, não faria sentido, não faz sentido vir à Assembleia, mas nós entendemos que devia vir na mesma para os senhores deputados terem conhecimento daquilo que foi aprovado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Então iríamos entrar na "Apreciação da Norma de Controle Interno". Alguém quer falar sobre o assunto? Rui Bacalhau, faz favor.

O Membro Rui Bacalhau: Sobre isto, eu não vou invocar aqui o estatuto da Oposição porque não podemos, mas também chegou bastante tarde e, de facto, ontem à noite quando estava lendo isto, estive a comparar com o POCAL e vejo que no POCAL está lá um Regulamento expresso do Sistema de Controle Interno; confesso que não tive oportunidade de estar a fazer algumas comparações e tenho receio de estar a aprovar, mas como o senhor Presidente já esclareceu que não é da nossa responsabilidade, ia propor que este tema fosse adiado para uma Assembleia Extraordinária, se assim entenderem.

O Presidente da Assembleia Municipal: Estamos no âmbito de apreciação; não vamos votar. Mais alguém quer falar sobre o assunto?

O Presidente da Câmara Municipal: O que se pretende é apreciar. Enriquecimentos que a Assembleia entender fazer chegar ao Executivo, podem vir a qualquer altura, como quiserem. Também dizer-vos só que este regulamento que aqui está foi feito a pensar na nossa dimensão. E o que acontece é que há alguns regulamentos, estou-me a lembrar, por exemplo, do regulamento que me enviaram da Câmara Municipal de Évora que eu, sinceramente, só de olhar para ele, fico logo com pouca vontade de o ler, não é? E duvido que alguém leia uma coisa daquelas. Portanto, nós procurámos fazer uma coisa o mais prático possível. Todas as melhorias que os senhores deputados entenderem fazer chegar ao Executivo, que a façam chegar que nós equacionaremos todas essas hipóteses de fazer alterações futuras; até porque isto é da responsabilidade da aprovação da Câmara Municipal. De qualquer maneira, tudo que venha por bem, pode vir à vontade.

O Presidente da Assembleia Municipal: Doutora Filipa, faz favor.

O Membro Filipa Almeida: As nossas dúvidas quando preparamos a Assembleia Municipal também eram estas. Era se isto era da competência da Assembleia ou se era só da competência da Câmara e também nos

pareceu que era da competência da Câmara. De qualquer forma, para conhecimento e para contributos, acho bem. Os membros da Assembleia mais versados nestas matérias até podem dar um bom contributo. Confesso também que não me debrucei sobre isto; também não conheço; nem o li todo; também não tive tempo de estudar, de estudar isto e também não tenho que estar de acordo com o POCAL. A Câmara precisa deste instrumento aprovado; de qualquer forma, como é da competência da Câmara, penso que isto não precisa de ser adiado. Em qualquer altura, qualquer membro da Assembleia pode dar o seu contributo.

O Presidente da Assembleia Municipal: Como não há mais inscrições o assunto fica encerrado.

PONTO TRÊS PONTO DEZ: Congresso da ANMP - Documentos de trabalho.

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos ao ponto três dez (3.10), que é agora o novo ponto aprovado de início, para fazer parte da Ordem do Dia se e que eu passaria a introduzir. Foram recebidos da Associação Nacional de Municípios um conjunto de documentos que foram distribuídos hoje aqui na Assembleia porque foram recebidos há dias. Hoje, de manhã, houve uma reunião de preparação do XIV Congresso da Associação Nacional de Municípios aqui em Vila Viçosa em que estive presente e em que estes temas foram abordados; aliás, dois destes temas. Não sei se posteriormente foram abordados os restantes temas, porque estive ausente da parte da tarde.

O Membro Luís Nascimento : Alguns não foram abordados.

O Presidente da Assembleia Municipal: Não foram abordados, pronto. Estes vão ser os temas base para o Congresso. Esse Congresso vai ser realizado em Abril e foi, portanto, pelo secretário-geral da Associação, levantada a questão de que estes temas poderiam ser discutidos em Assembleias Municipais, tendo em vista a colaboração ou a participação de quem estiver interessado, de forma a melhorá-los, a apresentar sugestões, propostas, pareceres, relatórios, estudos, o que entenderem. Com uma limitação, é que isso só podia ser feito, se os documentos fossem apresentados até ao fim de Janeiro. Portanto, a minha exposição vem no sentido de que, caso existam aqui membros da Assembleia interessados em estudar estes assuntos e em apresentar as suas ideias ou as suas sugestões, nós poderíamos marcar uma Assembleia para Janeiro. Entendo que esses estudos teriam que ser entregues à Mesa da Assembleia até quinze (15) de Janeiro, para que depois a Mesa da Assembleia tivesse tempo de marcar até ao fim de Janeiro uma Assembleia Extraordinária. Portanto, gostava de ouvir a opinião de alguns dos presentes ou então, se não existirem opiniões, damos o assunto por encerrado.

O Presidente da Câmara Municipal: Senhor Presidente, se me permitisse,

O Presidente da Assembleia Municipal: Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

Presidente da Câmara Municipal: Eu também participei na reunião, e eu não sei até que ponto é que será necessário uma Assembleia Extraordinária. Quer dizer, por mim tudo bem, mas o que me parece é que todas as pessoas, todos os eleitos têm os documentos, eu penso que as sugestões que eventualmente pudessem chegar - é apenas uma sugestão - que as fizessem chegar à Mesa e que a Mesa as encaminharia. Portanto, não sei se será necessário uma Assembleia Extraordinária porque fazer-se chegar os contributos, qualquer pessoa os pode fazer chegar em qualquer altura à Mesa da Assembleia, não é? Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal: Engenheiro Cabral, faz favor.

O Membro Carlos Cabral: Primeiro, pedia que o senhor Presidente transmitisse a minha animosidade à utilização de palavras que levam à americanização da vida portuguesa. O que eu tenho à frente são papéis, não são non papers. Quer dizer, non papers é uma expressão nascida nos Estados Unidos, que hoje se usa muito na linguagem das negociações europeias, é um papel para discutir, mas não existe. Logo, estes papéis parece-me que existem, logo são documentos de trabalho. Segundo, evidentemente que estes papéis precisam de ser estudados, alguns deles, um deles pelo menos já o li aqui inteiro, que é o papel do Sidónio Pardal sobre o Ordenamento. Mas, não sei se serão papéis para discussão numa Assembleia

Municipal. Devo confessar a minha dúvida neste momento. Talvez, valesse a pena, não sei se é possível também, organizar um debate com alguns destes sábios. Há aqui assuntos que eu não faço a mínima ideia, gostaria de ouvir falar, talvez um outro tipo de organização, porque não sei se de uma Assembleia Municipal se vai tirar muitos efeitos positivos da discussão destes papéis. Porque alguns deles são virados directamente para questões que têm a ver com receitas dos municípios, como o pequeno papel do Turismo que aí está; outros são papéis já muito mais profundos, como o dos Instrumentos do Ordenamento do Território; dos Instrumentos de Planeamento, etc., que me parecem adequados. E, aliás, para organizar isso, a minha proposta era que não fosse só sobre os papéis da Associação Nacional de Municípios, mas que, de facto, se avançasse para discussões sistemáticas da Assembleia Municipal de acompanhamento da revisão do PDM. Ou seja, isso aí parecer-me-ia mais útil, mais interessante para as pessoas mais dedicadas ao Poder Local. Aliás, a revisão do PDM, como tivemos hoje exemplo, é extremamente importante porque vai marcar nos próximos anos, no fundo, como instrumento de planeamento que não se pode depois, de algum modo ultrapassar, vai marcar o desenvolvimento do concelho. E se na primeira geração do PDM, a experiência ainda era pouca, houve de facto bastantes erros ou bastantes omissões por desconhecimento e pela pouca experiência que se tinha; hoje, nesta fase de revisão dos PDM's já se tem mais experiência, já se tem a experiência acumulada da execução dos PDM's e é até muito mais fácil discuti-lo, entrar na discussão do que foi, com certeza, aquando da realização da primeira geração do PDM. Logo, uma Assembleia Municipal só sobre isto, não. Uma Assembleia Municipal Extraordinária em que se pudesse dar um ponto de situação da revisão do PDM, pareceria-me mais interessante, que as pessoas vinham com mais facilidade do que para a discussão só destes assuntos que alguns deles são bastante secos, diga-se de passagem. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém se quer pronunciar? Bom, a mim pareceu-me, daquela conversa que ouvi ao secretário-geral da Associação Nacional de Municípios, depois das exposições era no sentido de que teriam todo o interesse que fossem feitos debates nas Assembleias Municipais. Com certeza que se não forem feitos, não são. Também não sei porque é que estas reuniões a que assisti são feitas só para os presidentes das assembleias e para os presidentes das câmaras, podiam ser abertas a todos os membros das Assembleias Municipais; em vez de estarmos ali numa salita, estávamos num auditório, mas pronto, esta Democracia exerce-se assim. Mas pareceu-me talvez que a preocupação dele era exactamente, pareceu-me, e não quero abusar do pensamento do senhor, que estes assuntos deveriam ser discutidos nas Assembleias Municipais. Ou melhor, pareceu-me que pouca gente está interessado em discutir os assuntos que serão os cinco (5) temas do Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Até porque estive presente, ouvi os sábios, dois desses sábios a falar e depois as perguntas, que eram mais respostas do que perguntas, de algumas pessoas que estavam presentes, pareceu-me a mim, não ajudaram nada os sábios ou ajudaram muito pouco. Portanto, o que talvez o senhor pretendesse era que a discussão se estendesse, que houvesse discussão, que as pessoas falassem nos seus territórios para que cada um desse as suas opiniões. Talvez que eles pretendam elaborar documentos mais participados, não é? Agora, de facto, se não há vontade, não há tempo, não há disponibilidade para exercer a Democracia, isso aí é de cada um de nós. Estamos aqui, somos um conjunto de cidadãos e ficamos assim e pronto. Eu também posso aceitar esta posição que o senhor Presidente da Câmara está a dizer, de facto, que é de até ao dia quinze (15) de Janeiro receber as propostas de alguém que queira trabalhar sobre este assunto. Se a Mesa verificar que essas propostas têm interesse para convocar uma Assembleia Municipal, assim será feito. Até se podem chamar os Grupos Municipais para falar sobre estes assuntos no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal e, se houver interesse nessa altura, convocar uma Assembleia para que estes trabalhos possam ser analisados e discutidos. Alguém mais quer falar sobre o assunto? Senhor doutor Nascimento, faz favor.

O Membro Luís Nascimento: Eu, quase que estou de acordo com o senhor Presidente quando diz que não há ninguém que queira discutir com ele estas coisas, quase que estou de acordo com isso. Mas há aqui uma pequena contradição. Eu fiquei com a sensação, e não sei se os senhores ficaram que estiveram lá, que aquela reunião acabou assim abruptamente. Quer dizer, não se prosseguiu na discussão. Sabíamos que a reunião estava marcada só para a parte da manhã, não é? Mas acho que ficou muita coisa por dizer. Se, por um lado, pode haver essa sensação; por outro, eu fiquei com outra sensação, de facto, é que a discussão não continuou, parou, não é? Agora, pode haver aqui uma outra questão que é, e foi dito lá pelo

secretário-geral, que estes documentos não são documentos acabados. Estão a ser discutidos em várias regiões do país; os tais ilustres cientistas que lá estavam vão participando em reuniões e vão aprofundando as suas teses. Pode haver, de facto, interesse nas Assembleias Municipais em participar, em discutir e participar nessa discussão, mas quase garantidamente que, estão aqui três (3), três forças políticas, se houver três documentos, quase de certeza que não haverá consenso que reunam os três documentos, não é? Se calhar, independentemente, e não pondo de parte, de facto, que haja discussão nesta matéria ou noutras matérias, sou um pouco da opinião do engenheiro Cabral que é, documentos que haja sobre esta matéria - e acho que o senhor Presidente também falou nesse sentido - documentos que hajam sobre esta matéria sejam enviados à Assembleia e que a Assembleia os remeta; os envie, de facto, para a Associação Nacional de Municípios; mas a discussão que houver aqui com eles vai fundir tudo num documento quase de certeza, não é? Porque são questões diversas de Turismo, Ordenamento de Território, Saúde, etc., que cada força política tem a sua visão sobre esta matéria e, como tal, pode ser difícil de arranjar consenso.

O Presidente da Assembleia Municipal: Sobre a interrupção da dita reunião, eu percebi que e era uma hora da tarde (01:00) e que as pessoas queriam era ir almoçar, não é? ainda por cima um almoço que devia ser bom. Agora, sobre o que propuz é evidente que esses documentos não me parece que seriam aqui discutidos e propostos como sendo da Assembleia. Eram documentos que vinham aqui e que poderiam criar curiosidade, ter apoios de outras pessoas que aqui estão. No fim de contas, o que se pretende é exercer o debate, não é? O debate democrático. Portanto, tanta vez se diz que as pessoas não têm oportunidade de apresentar ideias, não têm oportunidade de apresentar propostas. Eu por acaso, como Presidente da Assembleia Municipal, tive ali uma oportunidade de ouvir uma coisa que foi rara. Quer dizer, nunca tinha, de facto, como membro da Assembleia Municipal de Borba tido acesso a estas coisas, não é? É assim que se exerce o Poder; é assim que a Associação de Municípios do distrito de Évora, exerce o Poder; é assim que os Órgãos Locais, se calhar, exercem o Poder. O problema fica levantado; quem se quiser debruçar sobre ele, que o faça. Estamos na presença de documentos de princípio, são umas bases, para levantar a curiosidade das pessoas, para que esses tais sábios que sabem muito bem o que é que querem, mas que querem também conhecer outros pontos de vista; outras análises; até para se contradizerem a si próprios. Eu, considero - pronto, agora só para estender mais um minuto - acho que aqui a zona dos mármoreiros é um território muito específico; não tem nada a ver com nenhum instrumento de planeamento que existe a nível nacional, ou regional. A zona dos mármoreiros está sujeita a RAN'S; REN'S; PROZONS; UNOR'S; ADC'S; PDM'S, PU'S, etc. que são documentos que existem há uma quantidade de anos e que estão desajustados, ou foram mal elaborados. Foram feitos quando não havia quase pedreiras; quando existiam olivais onde existem hoje vinhas, quando existem olivais, onde hoje não existe nada, quando os terrenos de sementeira estão hoje abandonados, ou neles se florestaram milhares de hectares de eucalipto, ou neles cresce o mato para receber os subsídios. A realidade é esta no território em que vivemos e os instrumentos de planeamento apenas reflectem a nossa vida passada, não entendendo como vivemos no presente e queremos viver no futuro. De maneira que é frequente as pessoas pedirem às Entidades Oficiais: " Eu posso por ali as Máquinas ou fazer um refeitório para os trabalhadores?" e respondeu-lhe: Não, isso é reserva "agrícola"; Mas não sabem porquê. Não sabem, porque se olhassem para o terreno, se se preocupassem com os problemas das pessoas que vivem neste território, tinham vergonha de emitir os pareceres que conhecemos, mesmo baseados em documentos aprovados. Esta é que é a realidade. Compete-nos talvez actualizar estas REN's, estas RAN's, essas coisas. A mim dá-me a ideia que ninguém, a não sermos nós, alguma vez se vai preocupar com estas questões da nossa terra. Era isto que eu pensava que se poderia transmitir, para ajudar a conhecer a nossa realidade. Pronto, era só, ficamos assim. Até ao dia 15 de Janeiro, quem quiser sugerir qualquer coisa que o faça, depois será remetido, tal como proposto, para a Associação Nacional de Municípios.

O Membro Carlos Cabral : É só para pedir, que se vierem mais papéis, na medida em que estes são ainda um primeiro esboço, se vierem mais papéis, senhor Presidente da Câmara, faça favor de distribuir aos membros da Assembleia. Não há nada sobre Saúde, não há, quer dizer, deve haver mais papéis. O Congresso não é só isto, com certeza. Espero eu.

O Presidente da Assembleia Municipal: O que vier dirigido à Assembleia ou o que através da Câmara

receber, farei chegar a toda a gente. Aliás, como faço chegar todos os documentos que recebo. Eu até agora só recebi documentos oficiais do Partido Comunista; Os Verdes não apresentaram quase nada e os outros ainda muito menos. Mas quando recebo, eu quando recebo, meto logo nas cartinhas e mando, não é? Às vezes não mando imediatamente, mando em grupagem. Vamos passar ao último ponto

PONTO TRÊS PONTO ONZE: Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Presidente da Câmara Municipal : Muito obrigado. A Assembleia não recebeu, mas eu faço aqui uma ressalva: dos Verdes recebi documentos, do PIDAC, por acaso, recebi. Se calhar esqueceram-se de enviar para a Assembleia. Bom, em relação à situação financeira, portanto, estão os quadros que habitualmente se elaboram, e que não houve oportunidade devida de alterar, têm os encargos processados e não pagos em Novembro e depois a Taxa de Execução que, aliás, já foi falada, dos cinquenta e três por cento (53%). E no mês de Novembro, os, portanto, cinquenta e três, sessenta e oito (53,68) de receita e cinquenta e três, sessenta e dois (53,62) de despesa e em relação a Novembro propriamente dito, temos cinquenta e oito (58) de receita cinquenta e oito, cinquenta e seis (58,56) de receita e cinquenta e oito, sessenta e um (58,61) de despesa. Relativamente às actividades da Câmara, eu não vou ler o que está aí; queria apenas chamar a atenção para alguns aspectos que me parecem mais significativos e que podem ter mais que ver com o mais importante para o desenvolvimento do concelho. Por exemplo, numa reunião que houve com o GAT de Évora sobre o Plano de Pormenor da ZH1, na qual foi apresentado um documento provisório e que, em relação a este assunto, tenho neste momento alguma preocupação porque o arquitecto que tinha este trabalho a cargo dele, neste momento está de licença sem vencimento, o que me preocupa bastante. Na participação num seminário em Alcácer do Sal sobre a Reforma da Tributação do Património, em que foram discutidos amplamente este assunto que, aliás, foi aprovado nesta Assembleia. O Plano de Pormenor do Alto dos Bacos e a reunião que houve com a CCDRA, no sentido de se fazerem algumas alterações que suponho que já foram entregues, agora definitivamente, suponho que já foram, pelo menos, estava previsto que fossem entregues até ao final desta semana, e o estudo da UNOR que está concluído e com pareceres já favoráveis, portanto, há umas ligeiras alterações, recebemos uma carta, recebi uma carta ontem, salvo erro. Participação também num seminário sobre Áreas Metropolitanas e Comunidades Inter-municipais, em que tivemos, pelo menos, tive oportunidade de constatar que, de todos os membros do Governo, aquele que sabia mais alguma coisa, ou pelo menos tem vontade, que vive, esta questão é o senhor Secretário de Estado Miguel Relvas porque, de resto, todas as intervenções que foram feitas deixaram muito a desejar, pelo menos aquelas que eu ouvi. Tive também uma reunião a propósito da droga e toxicodependência, uma reunião com um dos responsáveis, no sentido de se executar o Plano Municipal de Prevenção da Toxicodependência. Também numa reunião da CCDRA para tentativa de eleição dos elementos do Conselho da Região, que não vou aqui referir, penso que não vem a propósito, contar o historial, mas também é um historial engraçado das tricas partidárias. Reunião nas Águas do Centro do Alentejo, no qual foi apresentado o plano de trabalho relativamente ao prosseguimento dos projectos e que neste momento, as coisas estão em estado bastante avançado e que se pensa que no primeiro trimestre deste ano pelo menos, os projectos estarão concluídos e há alguma hipótese de intervir em obra. Aliás, a informação que me foi transmitida na última reunião que tive e onde encontrei o responsável, numa reunião do PDM que já falo a seguir, foi-me dito que estimam, portanto, prevêm que terminem o investimento do Norte Alentejano que já começou há bastante mais tempo, ao mesmo tempo do Alentejo Central, porque já ganharam a experiência. Depois também uma nossa preocupação que é, tem que ver com as questões da etnia cigana e, portanto, com as hipóteses de transferir de local as pessoas de etnia cigana que são neste momento um entrave ao desenvolvimento do Parque das Feiras. Uma reunião do PDM, a primeira reunião de acompanhamento com a comissão eleita onde se falou, se fez o balanço, se discutiram, se recolheram informações dos vários elementos que constituem a Comissão de Acompanhamento onde o senhor deputado Mário de Deus, na qualidade de presidente da ADMC também participou e que me pareceu que, de facto, as coisas estão bem encaminhadas. Portanto, havia, da parte de todos os presentes, uma grande vontade de participar e dar as suas opiniões, o que nos pareceu importante. Aliás, foi dito até pelos próprios responsáveis que aquela reunião foi uma reunião completamente diferente de outras que já tinham existido, o que me parece que pode ser um bom sinal, no sentido de que as coisas andem depressa. Depois, uma candidatura que foi aprovada e que, que aliás, na

conferência, durante o período da Festa da Vinha, sobre Borba naturalmente, em que foi aqui apresentado a candidatura ao programa Life que me parece uma candidatura extremamente interessante e que poderemos eventualmente noutra altura até fazer se calhar alguma sessão, onde se possa novamente apresentar o projecto aos eleitos interessados. A assinatura do protocolo com a Escola Prática de Engenharia em que neste momento já estão os militares no terreno, no alargamento daqueles caminhos da UNOR, nomeadamente o Monte da Rocha que era uma das aspirações desde o Vinte e Cinco de Abril e que, neste momento, as coisas estão a avançar e também o protocolo, portanto, e no fundo o aval ao "Projecto Évora - Distrito Digital" que vai permitir colocar on line todos os concelhos dentro do distrito. E para já, ficava-me por aqui. Passava a palavra aos senhores vereadores, faz favor.

O Vereador Artur Pombeiro : Ora, boa noite a todos, uma vez que ainda não falei. Portanto, eu, como estão enumeradas no documento que está na posse dos senhores deputados, penso que não irei referir, de facto, e repetir tudo o que aí está. Penso que para além do que está aí referido, como o senhor Presidente acaba de dizer, os caminhos da UNOR já se encontram em reparação e também mais a questão de as ornamentações de Natal quer na sede do concelho, quer nas aldeias. E colocar-me-ia, de facto, à disposição para qualquer pergunta que os senhores queiram por bem entender colocar. Se, de facto, entenderem, façam o favor. Entretanto, eu passava ao vereador Humberto.

O Vereador Humberto Ratado: Muito obrigado. Boa noite a todos os presentes. Quanto às actividades que estão aí na página quatro (4), eu gostaria, e cinco (5) também, gostaria apenas de fazer uma rectificação que os primeiros três (3) itens que aí aparecem e o último da página cinco, assim como o outro de Celebração de Protocolo da Câmara Municipal de Borba e Santa Casa já vinham referidos na reunião da Assembleia Municipal, anterior. Portanto, houve aqui um lapso de quem copiou, de quem escreveu, portanto, queria só ter isso em conta, que não levassem em conta de momento para esta Assembleia. Queria também aqui só chamar a atenção quanto ao Projecto de Sinalização Turística Concelhia, é um projecto que está a ser encabeçado pela Junta de Turismo de Évora em que está projectada toda uma sinalização a nível de todos os municípios do Alentejo, de maneira que, já foi adjudicado, a empresa é Viamarca, é responsável pela execução, propôs-se fazer a execução do projecto num prazo máximo de três (3) meses. Já tivemos uma reunião com essa mesma empresa a fim de vermos alguns ajustes nomeadamente às plantas iniciais e que, de facto, eram muitas. As plantas iniciais estavam completamente desajustadas e tive a oportunidade de, em reuniões na Região de Turismo de abordar esses factos e depois, aqui com os nossos técnicos, elaborámos então uma nossa proposta que, neste momento, já está a ser alvo de elaboração das novas plantas finais. Estamos à espera delas para depois ver esse estado de execução. E, de momento, é só o que tenho a dizer.

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém se quer inscrever para solicitar algum esclarecimento?

O Membro António Proença: Senhor Presidente, quero-lhe fazer uma pergunta muito simples. Dado que as obras do saneamento básico da Nora estão interrompidas, gostaria, se possível, que me informasse quando é que pensa que os trabalhos venham a recomeçar. Ainda queria também perguntar ao senhor Presidente se é possível, desta vez, portanto, alcatroarmos, digamos assim, o terreno envolvente ao edifício do Posto Médico da Nora. Ainda outro ponto, se me permite. É sabido e já foi aqui, de facto, falado diferentes vezes, diversas vezes, de que há falta de pontos de luz na Nora, inclusivamente na entrada, quando nós vamos no sentido de Borba - Nora, e também no bairro denominado Tojeira. Se o senhor Presidente já tem, de facto, na sua posse dados sobre quando é que essa situação poderá estar colmatada, isto é, totalmente resolvida. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Doutor Nascimento, faz favor.

O Membro Luís Nascimento: Sobre este relatório de actividade da Câmara Municipal, só dizer que ele, de facto, está espelhado nos cinquenta e três vírgula sessenta e oito por cento (53,68%) de execução até Novembro. Isto, de facto, é o resumo da Actividade Municipal da Câmara. Sobre a situação financeira, já levantei na última Assembleia Municipal e queria voltar a colocar que, de facto, acho muito incompleta esta informação financeira porque tem aqui os encargos processados e não pagos; tem o limite de endividamento e eu até sou capaz de compreender por que é que o senhor Presidente não põe aqui assim

os leasings, os encargos, as dívidas ao Banco, etc. Sou capaz de entender porquê, não é? E gostaria de saber também se depois no cálculo total da dívida que a Câmara tem são incluídas todas as obras que estão espelhadas no PPI ou nas Grandes Opções do Plano com a empreitada e com obra adjudicada, à semelhança, do que foi feito, da avaliação que foi feita da dívida da Câmara na gestão anterior.

O Presidente da Assembleia Municipal: Doutor Jerónimo, faz favor.

O Membro Jerónimo Cavaco : A minha pergunta é muito simples e dirigia-se ao vereador Artur Pombeiro. Já tive oportunidade de conversar com ele relativamente a esta questão, mas tenho vindo a notar que, contrariamente àquilo que eu esperava, as coisas pioraram relativamente, pioraram bastante. Prende-se com a questão da zona industrial e prende-se com a questão dos passeios que existem e que estão totalmente ocupados pelas empresas de transformação de mármore. Queria apenas perguntar ao vereador Artur o que é que estamos a pensar fazer relativamente a isso; se aplicamos coimas ou se, pura e simplesmente, deixamos continuar aquilo e que eles continuem por aí abaixo até à Urbanização do Chalet ou ocupar o Campo Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal: António Paixão, faz favor.

O Membro António Paixão: Senhor Presidente, desta lista extensa de actividades da Câmara, elegi aqui seis (6) pontinhos, alguns deles o senhor Presidente até já teve ocasião de falar depois de os ter aqui, mas já agora dava um toque muito rápido em todos. Esta reunião com o IDT, portanto, despertou-me alguma atenção, na medida em que eu neste momento sinto que a freguesia de Rio de Moinhos está a atravessar uma fase um pouco crítica relacionada com a toxicodependência; daí que sugeria que houvesse um empenho da Câmara para ver o que é que se poderia melhorar nesse sentido. Em relação à reunião com as Águas do Centro Alentejo, queria-lhe perguntar também o estado em que estava. Já me respondeu que estavam no primeiro trimestre de dois mil e quatro (2004) os projectos concluídos, ainda é pouco esta explicação, mas também não vou exigir muito mais, na medida em que estamos numa hora já também adiantada. A assinatura do protocolo com a Escola Prática de Engenharia que elegia aqui os caminhos rurais, também já deu uma breve explicação, mas sugeria-lhe que não se ficasse pelo Monte da Rocha e os caminhos da UNOR e que fossem até Rio de Moinhos, até aqueles caminhos rurais que nós já tanto temos discutido e que estes trabalhos se estendessem até lá. Quanto à recuperação das casas do Pisão, que está a ser feita, é mais uma opinião do que agora também estar-lhe a pedir algumas explicações, é pena que se esteja a gastar dinheiro e aquilo fica à mesma uma barraca como estava. Poderia-se ter melhorado um bocadinho aquela situação. As águas da Nora: tenho um companheiro que já pediu algumas informações a esse respeito; eu gostaria também de algumas explicações para podermos também transmiti-las aos moradores que, com algumas, enfim, algumas aflições, vivem aquela situação. A limpeza das valetas: vi aqui também um pontinho em que falava da limpeza das valetas, mas eu agora chamo-o para as valetas do Barro Branco e são estas valetas que vão aqui, uma vez falei delas ao senhor vereador, estas valetas aqui do Alto dos Bacelos, a que nós chamamos Alto dos Bacelos, para o lado do Barro Branco, convinha que houvesse ali uma intervençãozinha até já por aquela situação que falámos agora há dias. E a luz aí do Natal que se também falou nessa, eu agradecia que dessem uma voltinha a Rio de Moinhos porque neste momento não sei, mas a noite passada estiveram apagadas, pode ser que haja para lá algum problemzinho que nós não somos capazes de resolver. E obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Doutor Bacalhau, faz favor.

O Membro Rui Bacalhau: Era só para fazer aqui duas perguntas ao senhor Presidente da Câmara, não vou falar especificamente sobre a situação financeira da Câmara que acho que estes mapas já deviam vir de outra forma, andamos há dois anos a solicitá-los de outra forma e ainda aparecem assim, de facto, por isso nem sequer praticamente olhamos para eles. Mas uma pergunta simples, senhor Presidente, a reunião no Conselho de Administração da Associação de Municípios do Distrito de Évora e depois um dos temas foi a questão da dívida. Gostava de perguntar como é que está a Câmara de Borba, se está a pagar e como é que as outras câmaras estão a proceder. Quais são as que devem, quais são aquelas que estão a cumprir, poucas, não é? Mas, já agora, informe-nos, se faz favor, como é que, como é que isso está. Um outro ponto, a reunião com o PIC para analisar a questão da etnia cigana: que soluções é que há para esta

calamidade, se assim, se assim podemos falar? Continuando aqui a folhear, foram assinados contractos-programa, e esta é para o senhor vereador Humberto, contractos-programa de desenvolvimento desportivo com o Sport Clube Borbense e com o Grupo Desportivo e Cultural de Rio de Moinhos. Foram assinados os contractos-programa. Está-se a cumprir? A Câmara está a pagar ou não está a pagar? Qual é que é a situação financeira perante estas duas colectividades, tanto o Borbense como o Grupo Desportivo de Rio de Moinhos? É só.

O Presidente da Assembleia Municipal: António Anselmo, faz favor.

O Membro António Anselmo: Senhor Presidente da Câmara, três ou quatro questões que não são perguntas, são questões simplesmente. A primeira foi a Feira dos Santos, pela primeira vez, em muitos anos em Borba, rompeu-se a tradição e a Feira dos Santos foi para um lugar mais ou menos digno. Naturalmente que o espaço provavelmente não foi arranjado da melhor maneira, mas mudou-se a Feira e a Feira correu normalmente. Quando as coisas correm normalmente, quer dizer que correm bem. A Festa da Vinha e do Vinho: nos moldes em que está feita, penso que não há mais nenhuma evolução. Poderá haver um espectáculo melhor, uma exposição melhor, poderá haver uma conferência melhor, mas em termos de mudança do processo da Feira, está conseguido, correu bem, correu normalmente. E dizia ao senhor vereador Humberto que havia uma possibilidade de poder descentralizar alguns espectáculos, apesar de não haver sítios próprios, mas pelo menos como foi feito anteriormente ou na Igreja de São Bartolomeu, na Matriz, na Igreja das Servas de forma a conseguir trazer o maior número de pessoas possível à Vila e trazendo as pessoas possível, naturalmente que o comércio da restauração, de antiguidades teria esse benefício, ao mesmo tempo que davam a conhecer a nossa Vila. Outra situação: o Centro de Saúde. O Centro de Saúde, quem vai ali ao Hospital onde funciona o Centro de Saúde, vê lá uma placa que diz "Restaurado e inaugurado em mil novecentos e oitenta e três (1983), trinta (30) de Dezembro". Vai fazer vinte (20) anos, vai fazer exactamente vinte anos que foi inaugurado ou restaurado o Centro de Saúde. Naturalmente que não tem as melhores condições, nem para os doentes, nem para os profissionais de Saúde. Sei que o Governo Central prevê fazer o Centro de Saúde aqui em Borba e eu agradecia que o senhor Presidente da Câmara, dentro das possibilidades e competências que tem, que avançasse o mais rapidamente possível com o Centro de Saúde, com o benefício próprio dos utentes de Saúde e da população de Borba em geral. Outra situação preocupante em Borba, que penso que se liga muito pouca importância, apesar de haver um agravamento, um pagamento de taxas, são as casas degradadas. Penso eu que a Câmara Municipal de Borba poderia, através dos técnicos que tem, ou contactar pessoalmente cada um dos proprietários ou então promover sessões públicas em que os técnicos da Câmara poderiam dizer às pessoas quais são as possibilidades que elas têm, através dos programas próprios que há, de poderem recuperar as casas. Naturalmente que a situação se agrava de ano para ano e se o senhor Presidente quiser, eu posso-lhe dar a lista completa das casas degradadas da freguesia de São Bartolomeu. É uma situação difícil, mas aí penso que é uma situação que tem que ser encarada quanto mais depressa melhor. Outra situação é falar em relação à Junta de São Bartolomeu, falar-mos senhor Presidente, daquilo que importa para São Bartolomeu. Portanto, em relação à Freguesia, falámos em reuniões próprias daquilo que tínhamos que resolver para São Bartolomeu, portanto, aguardo a sua resposta com a brevidade possível. Como estamos numa época boa, eu desejo a todos vocês um Bom Natal e um Bom Ano. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: José António, faz favor.

O Membro José Dias É o seguinte, no loteamento do Forno as pessoas queixam-se que não têm luz e eu não gostaria que neste Natal as pessoas passassem a noite às escuras. Sabemos que, realmente as pessoas estão a usar energia e não estão a pagar, mas o circuito não comporta tanta gente pendurada no mesmo. Havia que arranjar, se possível antes do Natal, uma baixada para o lado esquerdo e outra para o direito, porque as pessoas às vezes chegam a estar meia hora às escuras porque o circuito não suporta, (são as máquinas, são os aquecedores, não sei o quê), aquilo não comporta. Havia que estudar uma situação, mas urgente porque eu já falei isso pessoalmente, mas olhe, trago o assunto aqui também, para ver se tem outro impacto. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

O Presidente da Câmara Municipal: Sim senhor. Vamos lá ver se eu consigo responder a tanta gente sem me esquecer de nada. Ora, em relação, em relação à intervenção do senhor Proença, deixo as obras de saneamento para o senhor vereador. Em relação ao terreno envolvente ao Posto Médico, existe um arranjo paisagístico à volta do terreno que não faz parte, não está incluído no loteamento, mas que não queríamos de momento fazer grande intervenção até porque está prevista uma instalação a criar, anexa àquele, ao pseudo Posto Médico que lá está e, portanto, ficaria para depois dessa intervenção. Relativamente à questão das faltas, de falta dos pontos de luz, os senhores Presidentes de Junta aqui presentes sabem que houve aqui, exactamente neste sítio, uma reunião com o senhor engenheiro Barnabé Ramalho e com os Presidentes de Junta no sentido de nos dar a indicação de todos os pontos de luz e penso que o ofício já seguiu para a EDP. Acontece que, e eu também não sou engenheiro electrotécnico, há alguns pedidos que as pessoas fazem que são mais fáceis de resolver que outros. Estou-me a lembrar, por exemplo, da entrada da Nora. Portanto, todos os sítios onde existam postes e que os cabos possam permitir a instalação dos candeeiros, é mais fácil do que noutros sítios onde não há postes porque os encargos são muitos e a EDP não quer pagar e na Câmara também o dinheiro é escasso. De forma que estamos a encontrar a melhor solução, no sentido de tentar colocar onde é possível colocar. Relativamente à intervenção do deputado Nascimento, eu estava à espera desta informação era do, dos elementos da bancada do PS porque pensei que a bancada da CDU percebia esta informação porque é basicamente igual àquela que vocês davam. De forma que, se em relação ao PS nós estamos em dívida, já em relação à CDU penso que não porque é exactamente dada da mesma forma e até pela mesma pessoa. Relativamente ao Jerónimo, deixava para o senhor vereador. Paixão, a reunião com o IDT, tivemos a reunião e estamos à espera de ordem, estamos à espera que haja luz verde do IDT no sentido de se poder avançar porque também parece que houve cortes muito grandes de verbas e até se equacionou a hipótese; aliás, eles estão a equacionar a hipótese, da parte do concelho de Borba não há problema nenhum, que era de fazermos um plano inter-municipal para Vila Viçosa e Borba. Eu não sei qual foi o resultado do contacto entre o, o IDT e a Câmara de Vila Viçosa; da parte da Câmara de Borba temos abertura total para fazer um projecto conjunto, se a Câmara de Vila Viçosa estiver disponível. Mas, não estando, nós avançaremos individualmente e se calhar Vila Viçosa também, não faço ideia. Relativamente às Águas do Centro Alentejo, já tinha dito há bocado que realmente as coisas parece que estão muito bem encaminhadas. Em relação à recuperação das casas do Pisão, era uma situação muito grave que lá estava, portanto, havia uma pessoa que realmente tinha a casa a cair e tinha que ser recuperada porque o investimento total das casas é um investimento muito grande e, portanto, penso que fez-se ou está-se a fazer aquilo que é possível fazer. Relativamente aos caminhos rurais, deixava para o senhor vereador. Águas da Nora, deixava para o senhor vereador. Luz de Natal, limpeza de valetas. Relativamente ao Rui Bacalhau, a questão dos mapas, já falámos. Dívida da Associação de Municípios: foi feito agora pela Associação, aliás, houve uma câmara do distrito que ficou impedida de colocar os resíduos sólidos no aterro durante uma semana, foi a Câmara de Reguengos, exactamente por decisão do Conselho de Administração; não pagavam e então, como não pagavam, tiveram que colocar o lixo num buraco, durante sete (7) dias e depois de pagarem, depositaram no aterro. Foi feito agora um plano de pagamentos para as câmaras todas, portanto, as dívidas relativas a dois mil e três (2003) e o resto de dois mil e quatro (2004) está previsto que sejam pagas até Julho de dois mil e quatro (2004). Até porque a Associação de Municípios vai transferir tudo para a JESAMB e, portanto, aí as coisas têm que estar resolvidas. Em relação à questão do PIC e a questão da etnia cigana, portanto, houve reunião entre a Câmara de Borba, o PIC, a Segurança Social e, neste momento, portanto, temos já alguns orçamentos de casas; o terreno que temos disponível, suponho que já foi dito aqui também uma vez, é o único terreno que temos disponível que é da Câmara, é aqui assim, à Fonte Figueira E, portanto, estamos a tentar resolver a situação dessa forma. Contracto-programa deixava para o senhor vereador da cultura. Em relação ao António Anselmo, o senhor Presidente da Junta, Feira dos Santos, penso que também estamos de acordo, penso que melhorou significativamente, muito há para fazer. A Festa da Vinha e do Vinho, a mesma coisa. Descentralização dos espectáculos para as Igrejas também me parece bem. Em relação ao Centro de Saúde, tive uma reunião na ARS e penso que, em conjunto com a Misericórdia, esperamos no mais curto espaço de tempo tentar encontrar a solução e, portanto, penso que isso está para muito breve, até porque consta em PIDAC e há exigências no sentido de entregar o terreno, vamos ver se ainda durante este ano, se conseguíamos reunir com a Misericórdia no sentido de resolver a situação. Relativamente às casas degradadas, estamos de acordo. Publicada uma legislação recente que prevê a criação de uma sociedade mista que permite ou que pode hipoteticamente permitir a recuperação

dessas casas. De qualquer maneira, da parte da Câmara Municipal, sempre tem havido disposição dos técnicos no sentido de orientar as pessoas. Às vezes o que acontece é que as pessoas não estão em condições, por várias razões, de entrar, de se incluírem neste ou naquele programa. José Dias, a questão da falta de luz, eu até pensei que isso já estava resolvido porque isso já foi tratado por mim com o engenheiro Barnabé Ramalho, no dia, exactamente no dia do Idoso da Orada. Portanto, nesse dia, eu fiquei descansado, porque pensei que o assunto estava resolvido. Está aqui o vereador Artur a dizer-me que isso foi tratado hoje com a EDP. Portanto, eu, a partir do momento em que despachei para o engenheiro Barnabé e ele me disse que havia condições, parti do princípio que isso até já estaria montado, portanto, mais uma baixada nesta parte de cá, para o lado do depósito da água para se dividirem, dividirem as habitações, não é? De qualquer maneira, importante é que as pessoas não liguem todos esses equipamentos que o senhor Presidente falou. E, para já, ficava-me por aqui.

O Vereador Artur Pombeiro : Portanto, em resposta, de facto à situação das águas da Nora, a obra tem estado parada, praticamente desde a Festa da Vinha e do Vinho por várias razões. Primeiro porque o pessoal faltou; segundo porque o tempo, de facto, começou a piorar e não nos permite trabalhar em condições naquela situação. Está já agendado com o técnico responsável que, de facto, no dia dois (02) de Janeiro irá recomençar esta situação. Também respondendo ao doutor Jerónimo, de facto, a situação dos passeios, ainda está ocupada e não há dúvida nenhuma, mais que o que estava. Os senhores empresários têm muito pouco respeito ou têm também alguma dificuldade em colocar essa matéria. Ainda ontem falei, de facto, com um empresário, tive uma reunião com ele, nomeadamente da Biquimar, e lhe falei no assunto e que a Câmara vai tomar medidas dentro do ano que vem porque, passando nos passeios, há matéria que, de facto, será boa com certeza, mas há outra que está ali estacionada há anos e certamente já não terá condições - penso eu - não terá condições para ser aplicada e que pelo menos, se essa que não tem condições para ser aplicada, fosse retirada, se calhar aquilo teria outra imagem que não tem porque é uma imagem, de facto - e eu concordo com o doutor Jerónimo - que é degradante. Mas, tal como falámos com esse empresário, iremos falar com os outros e também já há algumas conversas com outros empresários no sentido, de facto, aquilo melhorar. Respondendo ao senhor Presidente da Junta de Rio de Moinhos, portanto, de águas está respondido; as casas está respondido. Valetas do Alto dos Bacelos: é hábito todos os anos limparmos as valetas, acontece que neste momento, e atendendo ao estado da estrada que tem piorado, de facto, desde que a obra começou - a obra da variante - essas águas que vêm da antiga estrada de entrada para o Poço Bravo, terão que ser apanhadas e passará por ter uma intervenção não fácil, mas terão que ser apanhadas e não ir efectivamente pela estrada abaixo, porque elas não têm outro sítio por onde sair: ou têm que ir para as propriedades ou têm que ir direito ao Barro Branco ou pela estrada abaixo. Não têm, de facto, outra saída. Estamos a pensar na situação e logo que a empresa entre em obra ali, porque vão ter que recuperar aquela estrada, e pensar a situação que de melhor se poderá ali arranjar. Quanto ao senhor José Dias, como sabe, o reforço de iluminação foi pedido; ainda hoje mesmo estive em contacto com o senhor José Alegrias da EDP e com o senhor Hermínio e que, de facto, me prometeram, e ainda hoje estive um electricista na Orada a tratar do quadro. Esteve lá o electricista a trabalhar, a preparar o quadro para que possivelmente na segunda-feira seja ligado. Fiquei de entrar em contacto com o senhor José Alegrias da EDP na segunda-feira, ficou assim combinado para a hipótese de ser ligado na segunda-feira porque foquei-lhe, de facto, a situação que não é a melhor, as pessoas quando aquilo desliga, ter de sair de casa e vir ligar e que passar o Natal nessas condições seria muito pior. Penso que respondi a todas as questões. Também quero deixar aqui o meu voto de um Santo Natal para todos e suas famílias e um Feliz Ano Novo.

O Vereador Humberto Ratado: Os protocolos têm estado da nossa parte a ser cumpridos. Efectivamente houve aí umas dificuldades de tesouraria, mas a parte do Sport Clube Borbense já está, já está totalmente liquidada, aquela parte correspondia até ao final do ano; de Rio de Moinhos está à espera, ou melhor estava à espera desta revisão orçamental. Portanto, até ao final do ano espera-se e, aliás, e todos os protocolos que temos para com as associações do concelho, e colectividades, todo a parte que corresponde ao final do ano, a maioria deles vão terminar no final do ano, está prevista e isso é tudo liquidado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Doutor Nascimento, faz favor.

O Membro Luís Nascimento: É só para fazer um comentário ao esclarecimento do senhor Presidente da Câmara. Dizer que, de facto, foi, é uma expectativa pelo menos minha, a elaboração diferente destes relatórios, não é? Porque os senhores, na campanha eleitoral, é que disseram: "Vamos, vamos dar a volta a isto" e nem sequer em dois (2) anos deram volta ao quadro de endividamento nem à informação financeira, nem aos relatórios de actividade.

O Presidente da Câmara Municipal: E estamos a dar, mas é preciso tempo.

O Presidente da Assembleia Municipal: António Anselmo, faz favor.

O Membro António Anselmo : Um pequeno aparte. Em relação ao Jerónimo, o Jerónimo tem mais que razão; aliás, isso é uma coisa que me toca, mas para avivar um bocado a memória do vereador Artur neste momento e do vereador Serra que está ali sentado, nós propusemos à Câmara Municipal de Borba que existe um espaço mal aproveitado, muito mal aproveitado, se lá tivesse uma pista de manutenção, tudo bem, gostava muito e até fazia um bocado de exercício, mas o espaço mal aproveitado entre uma baliza do campo de futebol e aquela barreira que está ali mais ou menos natural, podia ser um espaço com cerca de vinte metros (20m) em que se fazia uma barreira natural de protecção e que todo aquele desperdício que - como o Jerónimo diz e bem - está mal no passeio; que não é desperdício, a maior parte dele é matéria-prima aproveitada pelas empresas que ali trabalham. Portanto, esse espaço podia ser aproveitado; podia ser um espaço comum pago por nós à Câmara Municipal de Borba uma vez que precisa tanto de dinheiro, isto está tudo tão mal, não é? Recebia pouco, mas recebia algum e quebrava um bocado aquele impacto ambiental e visual que ali está, não é? Só isso.

O Presidente da Assembleia Municipal: António Paixão, faz favor.

O Membro António Paixão : Senhor Presidente, eu peço desculpa por repetir aqui a minha intervenção, mas penso que vai ser breve. Isto, até começaria se calhar por ajudar ali o doutor Luís Nascimento quando ele diz que o nosso slogan era dar a volta a isto. Eu tenho receio é que se empurre com tanta força que fique no mesmo sítio, quer dizer, dá mesma a volta completa. Mas, a propósito das águas da Nora, eu gostava de perguntar ao senhor Presidente, isto se calhar é um bocadinho ingenuidade da minha parte, mas se o projecto das águas da Nora se, era isto, se tem um projecto definido e se está a ser seguido. Dá-me a ideia é que tem havido alguns ziguezagues, mas isso é talvez da minha falta de acompanhamento e também, também de experiência. Depois, depois uma crítica que oiço e agora aqui estamos todos em família, que é o seguinte, fez-me lembrar aqui por causa das obras e por pessoas que têm conhecimento muito superior ao meu, é que o nosso gabinete técnico tem por ali algumas emperrações - não sei se é assim a palavra - que dificulta um bocadinho a vida, exactamente, a vida às pessoas. Portanto, isto não é uma pessoa, nem duas que se queixam; eu já ouvi algumas pessoas que têm, podem ter voz neste sentido. O café, senhor vereador, se pudesse dar ali um jeitinho naquele café ali do Barro Branco ao Forno, e já se evitou muita água de ir para lá com aquele remendo ali do alcatrão; mas depois aquelas que lá chegam encharcam muito ali a parede do café. Portanto, que se tomasse um bocadinho de atenção, se pudesse ali fazer alguma intervençãozita que remediasse aquela situação. E, se é justo eu estar aqui com alguma frequência também a apontar os erros e outras coisa mais, também o é com certeza - e agora fez-me lembrar aqui o Presidente da Junta de Freguesia de São Bartolomeu - também é justo também que se reconheça que este ano, de facto, a Câmara Municipal de Borba teve a coragem que, poderia já ter tido há mais tempo, mas teve a coragem de fazer uma coisa de que se falava aqui há muito e que se calhar com receio do resultado que pudesse vir a dar nunca se fez, foi transferir a Feira dos Santos para o local aonde foi e que felizmente correu bem melhor até do que nós todos esperávamos. Também a Festa da Vinha e do Vinho que é um evento, continua sempre a ser um evento agradável e que traz muita gente ao nosso concelho; se ela pudesse melhorar, tanto melhor. Obrigado e desculpe este roubo de tempo.

O Presidente da Assembleia Municipal: Bom, já várias vezes aqui se falou das dívidas das Câmaras à Associação de Municípios, não é? E, de facto, eu acho que está chegada a altura, por exemplo, relativamente a trinta e um (31) de Dezembro, de saber quem são as Câmaras que devem, quem são as Câmaras que não devem e o que é que devem. E, portanto, eu acho que a Associação de Municípios do Distrito de Évora tem que fornecer estes elementos porque são importantes para nós termos uma ideia das

suas dificuldades e da qualidade da sua gestão.

O Presidente da Câmara Municipal: Bom, em relação à questão das pedras lá de cima, o ideal, o ideal era que nós conseguíssemos encontrar uma solução, agora após a aprovação do parque industrial do Alto dos Babelos, para a deslocalização destas empresas dali lá para cima. Essa é que me parece, que era a solução, a solução ideal porque penso que toda a gente ficava bem se houvesse essa hipótese de mudança porque aquilo que o senhor Presidente da Junta falava e bem, mas aquele espaço não resolve o problema todo, resolvia parcialmente o problema. E poderá ter e naturalmente terá implicações no estudo prévio que até já temos para o parque desportivo e, portanto, penso que é capaz, dessa também não ser a melhor solução. Relativamente à questão do Paixão, da questão que ele referia em relação às águas da Nora que parece termos andado de um lado para o outro, a questão que se tem tentado fazer é aproveitar - penso que o vereador já tinha falado nisto - é aproveitar algumas obras que se fazem no sentido de começar, ora num lado ora no outro, portanto, há um projecto, não quer dizer que não sabemos por onde lhe havemos de pegar. Não é nada disso. Quer dizer, há um projecto definido e o que acontece é que se tem tentado aproveitar a melhor situação para ir avançando. Começou-se pela parte de baixo, é para se arrancar para a parte de cima que é aquela onde vai causar mais problemas. De circulação, inclusivamente, e às pessoas. A questão do gabinete técnico e as emperrações: da nossa parte, da minha parte, da parte do vereador, aquilo que eu tenho dito desde o primeiro dia que eu tomei posse e fiz uma reunião com os técnicos é que eu quero os técnicos do lado da solução e não do lado do problema. Naturalmente que pode haver algumas situações e às vezes há algumas, há algumas situações que lá fora são contadas de uma maneira e cá dentro são contadas de outra e, portanto, o que acontece às vezes é que é preciso termos cuidado; temos que saber e estamos cá para resolver os problemas; não estamos cá para complicar, para complicar a vida a ninguém, mas também não me compliquem a vida a mim. Ou seja, eu, passar documentos ilegais, não passo nunca mais e há pessoas, há muita gente, algumas pessoas já que, que nunca mais, nunca passaria - enganei-me - algumas pessoas que, por vezes, dizem que são emperrações, emperrações, mas as emperrações têm que ver com a falta de documentos que eu, nalgumas situações pontuais em que me dizem está emperrado, vou ver o que é que se passa e o emperro resulta de documentos que deviam ter sido entregues e não foram. Mas estamos cá para tentar resolver isso e tentar atenuar as coisas no sentido de se resolver os problemas das pessoas, mas as pessoas têm que perceber que têm que cumprir. Relativamente ao café do Barro Branco, penso que já foi feita alguma pequena intervenção. Em relação às Câmaras, neste momento, às dívidas das Câmaras, neste momento não tenho aqui os números, mas posso fazer chegar depois qual é a relação das dívidas. Para terminar, se não houver mais nenhuma intervenção, queria desejar, de facto, a todos um Bom Natal e um Ano Novo Próspero e dizia, e pedia aos eleitos que saíssem aqui por este lado porque a Câmara de Borba lembrou-se que não é só pedir-lhes que realmente trabalhem aqui durante estas horas todas, temos aqui uma pequenina lembrança dentro do magro orçamento da Câmara. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Portanto, esgotada a "Ordem do Dia. Vamos passar à leitura da minuta da acta da sessão. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? A Minuta está aprovada por unanimidade.

ANEXOS A ESTA ACTA:

Anexo 1 - Correspondência recebida

Anexo 2 - Correspondência expedida

Anexo 3 - Declaração de voto apresentada pelos membros CDU

Anexo 4 - Declaração de voto apresentada pelos membros CDU

Anexo 5 - Declaração de voto apresentada pelos membros CDU